



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

Victória Smith de Sousa Cunha Silva

**Memória, Verdade e Justiça**

**O Estado brasileiro e as violações de Direitos Humanos, 1968-1979**

Brasília

2020

## **Memória, Verdade e Justiça**

### **O Estado brasileiro e as violações de Direitos Humanos, 1968-1979**

Monografia apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como um dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia.

Orientadora: Prof. Dra. Andréa de Souza Lobo

Brasília, 2020

Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Sociais – ICS  
Departamento de Antropologia – DAN

**MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA: O Estado brasileiro e as violações de  
Direitos Humanos, 1968-1979**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos (avaliador)

Departamento de Antropologia - UnB

---

Profa. Dra. Andréa de Souza Lobo (orientadora)

Departamento de Antropologia – UnB

## **Agradecimentos**

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha mãe, Lurdes, por ter sido minha família, por ter participado e auxiliado em inúmeros momentos durante minha graduação nos anos em que precisei conciliar meus estudos com trabalho e pelo amor incondicional.

Aos amigos de biblioteca, happy hour, bares e aulas por terem sido fonte de inesgotável carinho e amor em momentos de alegria, crescimento e descobertas nos anos de graduação. À UnB por ter me proporcionado aprendizado dentro e fora da sala de aula, a partir da convivência com diferentes realidades e possibilidades de aprendizado não antiquadas.

À minha orientadora Andréa Lobo por ter me acolhido e aceitado entrar na jornada que foi a escrita da minha monografia desde o trabalho de campo, pelos inúmeros conselhos, correções e apoio.

## **Resumo**

A presente monografia tem por objetivo apresentar conceitos relativos às graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro no período alocado entre o AI-5, 1968, e a Lei de Anistia, 1979. Para além de apresentação de conceitos, busquei promover uma análise da arqueologia da tortura e propor reflexão acerca do papel de memória desempenhado na construção da cidadania no Brasil em períodos de transição democrática, assim como a forma com que a construção da memória implica no exercício de esquecimento no caso do Brasil. Após apresentar os conceitos relativos à arqueologia da tortura, busquei apresentar o caso Herzog e a forma com que ele foi crucial no momento de virada em torno da retomada da democracia no Brasil no período de abertura política. Busquei finalizar o trabalho etnográfico demonstrando os possíveis conceitos de memória, anistia e as conclusões e recomendações pautadas pela Comissão Nacional da Verdade na entrega do relatório final em 2014.

**Palavras chave:** Tortura; Estado; Memória; Democracia.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
 <b>CAPÍTULO 1 – A TORTURA E O PAPEL DESEMPENHADO PELO ESTADO BRASILEIRO EM GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>11</b>
 SEQUELAS PROVENIENTES DAS MARCAS DE TORTURA.....	14
OS PERSONAGENS ATUANTES NAS ENGRENAGENS DA REPRESSÃO.....	15
A ESTRUTURA REPRESSIVA E OS INTERESSES EMPRESARIAIS NO COMBATE AO TERRORISMO – A OBAN, OPERAÇÃO BANDEIRANTE.....	16
O AI-5, O ENDURECIMENTO DO REGIME E A LUTA ARMADA.....	17
AS MODALIDADES DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS .....	27
OS MÉTODOS DE TORTURA .....	31
 <b>CAPÍTULO 2 – O CASO HERZOG E O PROCESSO DE “ABERTURA” POLÍTICA INICIADA NO GOVERNO GEISEL .....</b>	<b>33</b>
 “MATARAM O VLADO!”.....	34
O PAPEL DESEMPENHADO PELA JUSTIÇA MILITAR EM CASOS DE JURISDIÇÃO CIVIL – OMISSÃO E CONVÊNCIA .....	44
“A INDIGNAÇÃO E A REVOLTA COMEÇAM A IMPEDIR QUE O MEDO SE TRANSFORME EM COVARDIA” .....	47
 <b>CAPÍTULO 3 – ANISTIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO .....</b>	<b>49</b>
 O INÍCIO DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA EM BUSCA DE ANISTIA .....	58
A LEI DE ANISTIA DE 1979.....	63
 <b>CONCLUSÃO: .....</b>	<b>76</b>
 <b>O RECONHECIMENTO DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO BRASILEIRO EM GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS: AS APURAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE .....</b>	<b>76</b>



## Introdução

Meu pai contou para mim;  
Eu vou contar para meu filho.  
Quando ele morrer?  
Ele conta para o filho dele.  
É assim: ninguém esquece.  
- Kele Maxacali, indígena da aldeia de Mikael  
Minas Gerais, 1984.  
(Epílogo Brasil: Nunca Mais, 1985)

Meu interesse em pesquisar graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro começou quando desenvolvi uma curiosidade sobre o que havia sido o regime militar, ainda adolescente. A partir de então, passei a ler as obras de Elio Gaspari (2002, 2004, 2015), jornalista e pesquisador por mais de 30 anos do período. Meu interesse passou a ser tanto que comecei a realizar pesquisas bibliográficas intensas.

Já na faculdade, tive acesso às disciplinas que firmaram mais ainda meu interesse em entender o funcionamento de regimes autoritários. Especialmente antropologia política. A graduação me permitiu ter um maior entendimento da forma com que o Estado funciona, passando a entendê-lo não como uma estrutura única, mas como uma estrutura sustentada por diversos sustentáculos atuantes entre si.

Durante minha pesquisa bibliográfica, a dissertação de Mayane Burti (2012) “Os bastidores do rito: a construção das Caravanas da Anistia enquanto espaço de múltiplos poderes” foi o ponto de partida inicial para o que futuramente eu defini como meu enfoque na dissertação. Meu interesse inicialmente era em estudar e escrever especificamente sobre o que havia sido a Comissão Nacional da Verdade (2011-2014). Entretanto, com o amadurecimento da minha pesquisa percebi que falar sobre a Comissão exclusivamente não seria tão proveitoso assim por se tratar de um assunto muito abrangente. Logo, me propus a procurar um dos alvos de investigação da Comissão que me propiciasse maior interesse e envolvimento. Após bastante leitura, percebi que o que queria pesquisar eram as graves violações de direitos humanos cometidas entre 1968 e 1979: ano da instalação do AI-5 e em seguida ano da promulgação da Lei de Anistia.

Escolhi esse período em questão por representar o início e o fim de um ciclo. Minha linha de raciocínio culminou em entender os 11 anos entre o AI-5 e a Lei de Anistia como fundamentais para entender como funcionou a engrenagem do regime militar. O entendimento do processo de instalação da repressão e o processo de desmantelamento da ditadura me possibilitaram compreender o que foi esse período ainda tão obscuro.



A pesquisa foi feita a partir da análise de documentos disponibilizados pelas comissões Rubens Paiva e Nacional da Verdade. A partir da análise de laudos periciais, depoimentos dados às comissões e extensa pesquisa bibliográfica desenvolvi minha pesquisa e minha escrita aqui apresentadas neste trabalho.

Durante minha pesquisa, pude conhecer uma pessoa cujo avô havia sido apontado como um dos responsáveis por violações de direitos humanos na época da ditadura. Durante a conversa que tive com a neta de um torturador, me foi dito que na intimidade, o avô era uma pessoa presente e amorosa. Obviamente, passei a me perguntar cotidianamente como e por quê pessoas tão amorosas e presentes no círculo familiar, reproduziam comportamentos tão cruéis e desumanos com pessoas genericamente denominadas “terroristas”...

No meu primeiro capítulo, busquei analisar a arqueologia da tortura, seus métodos e práticas, assim como os responsáveis por executá-las. Foucault foi um autor que me propiciou bastante entendimento da arqueologia da tortura. Os métodos apresentados pelo projeto Brasil: Nunca mais (1985) possibilitaram a explicação da engrenagem sustentada pela repressão.

Também busquei discorrer sobre as sequelas provenientes de tortura, os personagens por trás das engrenagens da tortura, os interesses empresariais por trás da criação da OBAN, embrião do DOI-CODI, o início do endurecimento da repressão a partir do AI-5 e os desaparecidos políticos a partir dos anos 70.

No capítulo dois, busquei analisar o caso Herzog e sua relação com o processo de abertura política iniciada no governo Geisel (1974-1979). Utilizei em especial, o livro escrito por Fernando Jordão (1979) “Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil” para dar início à análise do que a morte de Herzog significou no processo da retomada do exercício democrático. Ainda que a democracia tenha sido reinstalada em 1985, a morte de Herzog 10 anos antes pavimentou o caminho para sua chegada. Neste capítulo, busco também analisar o que foi a Justiça Militar nos processos de investigação, conivência e omissão em relação aos casos de tortura, e por fim, finalizei o capítulo apresentando a mudança propiciada pela morte de Vlado, que veio a culminar na substituição do medo pela indignação. Era tempo de retomar a democracia, de reivindicar a volta dos exilados.

No capítulo 3 iniciei uma análise e passei a propor reflexão necessária no entendimento do que é o processo de construção da memória em países recém-saídos de regimes ditatoriais. Busquei apresentar conceitos de memória, sua constituição e oralidade. Possibilitando, assim, que o exercício da memória seja uma análise necessária

no entendimento do que foi o processo de promulgação da Lei de Anistia. O processo tardio da reparação econômica e a instalação de uma Comissão de Anistia. Por fim, busquei propor necessária reflexão sobre o que a truculência e a “guerra” dos dois lados propiciou para o entendimento da história brasileira. Houve vencedores nessa guerra? Quem foi absolvido pela História?

Finalizo enfatizando que meu trabalho não buscou esclarecer eventos passados. Mas analisar e propor reflexão em relação aos acontecimentos de um passado nem tão distante assim. A ferida aberta deixada pelo perdão aos torturadores e pelo exercício de esquecimento (FICO, 2010) proposto pela Anistia.

A conclusão da dissertação foi escrita com o objetivo de elencar algumas das recomendações e apurações realizadas pela Comissão Nacional da Verdade (2011-2014). Assim como busquei, também, propor reflexão em relação ao passado do Brasil no intuito de reconhecê-lo para que nunca se repita. Não perdoar e acima de tudo, nunca esquecer, para que não se repita.

## **Capítulo 1 – A tortura e o papel desempenhado pelo Estado brasileiro em graves violações de direitos humanos**

A definição de tortura, do ponto de vista da Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984), pode ser descrita como:

Artigo 1o : [...] qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência.

A tortura quando passou a ser utilizada pelo Exército brasileiro se deu pelo fato de que ela funciona, como foi elucidado por Elio Gaspari (2002). A justificativa funcional da tortura é a de que ela é necessária para obter confissões, ainda que não verdadeiras, de forma rápida. A narrativa é criada no sentido de formar o interrogatório a partir de vítimas e algozes. Cientificamente, são testadas as mais macabras e dolorosas punições físicas. O torturador exerce um papel no qual a vítima, torturada, encontra-se desmoralizada de si mesma e de tudo que é essencialmente. A tortura passa a atuar como instrumento de investigação e o torturador passa a ser dotado de poder absoluto, exercido ao infligir sofrimento à sua vítima, ela é, portanto, um tormento maior que a pena (FOUCAULT, 1999), atuando como um elemento de controle sobre o corpo do torturado. Em A Ditadura Escancarada, Gaspari (2002) explica a forma como o controle é exercido através da tortura:

No meio da selva amazônica, espancando um caboclo analfabeto que pedia ajuda divina para sustar os padecimentos, um torturador resumiria sua onipotência embutida: “Que Deus que nada, porque Deus aqui é nós mesmo” (GASPARI, 2002:40)

A relação de poder estruturada a partir da dominação, perpetua o campo político no qual o corpo está fortemente arraigado. Ao torturar, são utilizadas técnicas e aparatos cientificamente montados para dar continuidade ao suplício (FOUCAULT, 1999)

Foucault (1987), em *Vigiar e Punir*, explicita a forma com que o suplício deve vir a ser ostentoso, no sentido de se utilizar das reações do torturado como forma de cerimonial da justiça, representando a própria força:

(....) o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo. O próprio excesso das violências cometidas é uma das peças de sua glória: o fato de o culpado gemer ou gritar com os golpes não constitui algo de acessório e vergonhoso, mas é o próprio cerimonial da justiça que se manifesta em sua força. Por isso sem dúvida é que os suplícios se prolongam ainda depois da morte: cadáveres queimados, cinzas jogadas ao vento, corpos arrastados na grade, expostos à beira das estradas. A justiça persegue o corpo além de qualquer sofrimento possível (FOUCAULT, 1999:37)

A tortura, por si só, constitui grave violação de direitos humanos, quando praticada no âmbito de um ataque generalizado, ou sistemático, contra uma população civil, caracterizando, assim, crime contra a humanidade, nos termos do artigo 7º do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (1998). É um crime insuscetível de anistia, prescrição e excludente de responsabilidade, de acordo com a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (1979).

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014) descreve que a utilização da tortura de forma sistemática estava prevista nas diretrizes da doutrina da guerra revolucionária, amplamente utilizada pelas Forças Armadas brasileiras. Tendo sido operacionalizada inicialmente quando o exército francês esteve em combate contra o movimento insurgente na Guerra de Independência da Argélia. Para que o inimigo pudesse ser eliminado, era necessária a articulação de todas as instituições repressivas disponíveis, moldadas no âmbito de uma estratégia unificada e voltada para o levantamento de informações. Informações que, por sua vez, passariam a ser obtidas sob tortura.

Ainda que não desempenhe um papel punitivo em relação aos crimes cometidos contra a humanidade, a Comissão Nacional da Verdade (2011-2014) desempenhou papel crucial na manutenção da memória enquanto aparato político. Além do aspecto investigativo, a Comissão promoveu o debate acerca do papel desempenhado pelo exercício do conhecimento da própria história, não se esquecendo do ocorrido para que nunca mais se repita. O processo de reparação é necessário para a compreensão do que foi o período ditatorial no Brasil, tendo em vista que há um desconhecimento generalizado sobre o que foi este período na lacuna histórica brasileira. Quem são aqueles que são escutados quanto à perspectiva do que foi o período? Os perseguidos ou os que

perseguiam todo e qualquer um que se posicionasse contra o período? É crucial que a história seja contada pela perspectiva de quem a vivenciou, para que a compreensão seja feita de forma justa e parcial, possibilitando que assim, o cidadão perseguido e anistiado possa ter sua afirmação social (BURTI, 2012).

Acredito ser necessário que seja empreendido esforço no sentido de compreender a forma com que os crimes se deram em relação à violação de direitos humanos no período ditatorial de 1964 a 1985, para que seja possível a compreensão do passado em prol da sua não repetição no futuro. A finalidade da tortura é a busca de informações, a intenção de obter uma confissão, a imposição de um castigo, a intimidação da vítima. Os objetivos de quem administra a violência só podem ser alcançados contra a vontade daquele que é torturado, levando a vítima a um estado de completa aniquilação e impotência, de absoluta submissão. São infligidos ao torturado penas, sofrimentos psíquicos ou físicos, cujo objetivo é a investigação criminal.

As prisões são organizadas de forma a proteger a comunidade contra perigos intencionais (GOFFMAN, 1987). Visto que, os ali enclausurados eram terroristas e subversivos, era necessário criar um aparato público de controle para evitar que o terrorismo se disseminasse em um movimento contra a nação. As prisões atuam como uma instituição total, ou seja,

Um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1987:11)

O próprio conceito do que é um sujeito subversivo postula uma categoria social em que seja entendido como subversivo qualquer um que possa representar alguma forma de ameaça. Representando uma ameaça à segurança nacional, era necessário que o perigo fosse proscrito. Subversivos davam abertura para a desordem. E a desordem é símbolo de perigo e poder (DOUGLAS, 1966). Eliminar a oposição era o objetivo primordial da doutrina de segurança nacional. Possivelmente representando impureza, era necessário eliminá-la no intuito de realizar um esforço para organizar o meio social (DOUGLAS, 1966).

Diversas eram as situações mórbidas as quais os acusados de terrorismo eram submetidos nos porões das prisões brasileiras. A divisão dos componentes do presídio era pautada por um grupo controlado e um grupo de supervisão. Nas instalações do DOI-

CODI oficiais atendiam ao telefone em nome do que chamavam de Funerária Boa Morte (GASPARI, 2012). Falas de um torturador no Ceará: “Aqui não é o exército, nem marinha, nem aeronáutica. Aqui é o inferno” (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985:240)

Mais do que a tortura física na qual eram submetidos os prisioneiros, havia também a construção de uma rotina em que os suplícios eram continuamente esperados, situações em que a ideia da tortura passou a ser tão dolorosa quanto a tortura em si, levando em consideração casos em que pessoas eram torturadas por meses e mantidas em cárcere por anos. Como foi dito por Ariston Lucena (1988): “Meu maior medo não era do pau, mas da possibilidade de tomar um pau” (LUCENA, 1988)

### **Sequelas provenientes das marcas de tortura**

A Comissão Nacional da Verdade (2014) traz exemplos de pessoas que em decorrência das sequelas da tortura, vieram a cometer suicídio. Dos exemplos apresentados, um dos casos que mais me chamou atenção foi o de Massafumi Yoshinaga,

Pressionado pelo regime militar, foi obrigado a retratar-se, em rede nacional de rádio e televisão, por sua militância na VPR. Conhecida como “desbunde”, essa declaração pública exigida pelos militares fazia parte da guerra psicológica contra os opositores do regime. Após sua retratação, Massafumi passou a apresentar distúrbios psiquiátricos e chegou a ser internado; tentou suicídio duas vezes, até enforcar-se em casa, aos 27 anos, em 7 de junho de 1976, conforme relato de seu irmão, Toshiro, recolhido no processo da CEMDP relativo ao caso. (Relatório Final CNV, 2014:486)

Lista de nomes apresentados pela CNV de suicídios decorrentes de sequelas da tortura no relatório final:

- Carlos Alexandre Azevedo
- Gustavo Buarque Schiller
- José Dalmo Guimarães Lins
- Maria Auxiliadora Lara Barcelos
- Massafumi Yoshinaga
- Solange Lourenço Gomes
- Therezinha Viana de Assis
- Tito de Alencar Lima

## Os personagens atuantes nas engrenagens da repressão

A partir das pesquisas que desenvolvi, pude perceber que os encarregados da tortura não eram figuras monstruosas. Torturadores eram funcionários públicos, agentes do governo, autoridades militares. Pessoas comuns. Na criação do personagem que o torturador exercia, era necessária a utilização de máscaras nos presos para que não ocorresse o risco de o torturado identificar o torturador posteriormente (JORDÃO, 1979). Outro caso na busca por não haver reconhecimento do torturador posteriormente era o da troca de nomes,

O cidadão se identificou como capitão do exército, mas a carteira funcional que ele apresentou deve ser falsa porque quase todos eles usam nomes e identidades falsas. Saímos de C-14. Os caras logo se comunicaram com o DOI-CODI. Só que não falavam DOI-CODI, falavam “Atenção Pronto-Socorro”. Era como se fosse uma comunicação entre uma ambulância e um hospital (JORDÃO, 1979:132)

Fala de Cecília Maria Bouças Coimbra (2001) sobre o perfil psicológico de torturadores:

É interessante apontarmos como, nos anos 80 com o processo de “abertura” e ainda hoje, alguns profissionais psi têm tentado explicar psicopatologicamente o comportamento daqueles que participaram diretamente das torturas contra presos políticos. Afirmo, como o fazia Hélio Pelegrino, que pensar somente pelo viés da Psicologia de que é possível conduta sádica ou desequilibrada nessas pessoas é, em realidade, cair na armadilha de justificar suas ações. A questão deve ser colocada na crença que tinham e, ainda hoje, muitos têm de que para aqueles perigosos não havia outro caminho senão o da tortura (COIMBRA, 2001:3)

Em Dossiê Herzog (1979), é apresentado o depoimento de Frederico Pessoa da Silva, cujo relato elucida a forma brutal com que as torturas funcionavam quando utilizadas por torturadores que realizavam fetiches ao exercer os métodos.

Ficaram então vários caras em volta, ligando as maquininhas de dar choque, acionando aqueles fios. O outro, o que me torturava mais, era o chefe da equipe, o famigerado Dr. Jorge. Deve ser um débil mental completo, não só pelo prazer que sente em torturar. Um sujeito asqueroso, de voz pastosa, fica dizendo indignidades, propostas obscenas no teu ouvido e te torturando o tempo todo. Gozando com a tortura. Inclusive nas horas em que os outros iam trocar de equipe ou comer – ele continuava. Esse cidadão me torturou de manhã e até coisa de 3 ou

4 horas da manhã do dia seguinte, direto, sem parar, sem cansar, mostrando muito prazer nisso. Um detalhe que eu percebia é que toda hora ele pedia um copo de leite. Depois da tortura, quando fiquei sozinho na sala, sem capuz, vi que a mesa estava cheia de copos sujos de leite (PESSOA DA SILVA, 1979:133-135)

### **A estrutura repressiva e os interesses empresariais no combate ao terrorismo – a OBAN, Operação Bandeirante**

Para entender toda a estrutura repressiva montada no Brasil após o AI-5, é necessário entender a forma com que foi criada uma associação entre interesses empresariais e os de segurança pública, existentes desde 1964, mas desenvolvidos em termos práticos a partir de 1969.

Os motivos para a formação de interesses empresariais juntos aos de segurança pública era o fato de ser necessário financiar o combate ao terrorismo. Gastão Vidigal, dono do mercantil de São Paulo, e envolvido na estruturação da operação, explicou o objetivo da operação e seu financiamento: “Dei dinheiro para o combate ao terrorismo. Éramos nós ou eles” (VIDIGAL, 1995)

Vidigal fora o responsável por organizar o encontro que aconteceria entre o empresariado paulista. Grandes bancos brasileiros foram representados pelos participantes da reunião. Delfim Netto, que havia sido um apoiador do AI-5 em 1968, explicara como as Forças Armadas não tinham equipamento nem verbas para financiar a subversão. Portanto, os recursos monetários eram necessários para montar o esquema de repressão responsável por aniquilar o perigo do comunismo.

Das empresas que financiaram diretamente o combate ao terrorismo, pode-se listar as seguintes: Ford e Volkswagen no fornecimento de carros, Ultragás no empréstimo de caminhões, Supergel no abastecimento da carceragem na rua Tutóia. (GASPARI, 2002.)

A Oban, Operação Bandeirante, nasce no contexto pós AI-5 no qual o Estado passa a atuar de forma arbitrária no combate a quaisquer ameaças à segurança nacional. Construída e executada por meio de uma diretriz para Política de Segurança Interna, a Oban foi expedida pela Presidência da República em 1969. Resultando em estruturas semelhantes em outros estados e buscando centralizar as atividades repressivas nas grandes cidades, funcionava estruturalmente como uma polícia política no interior do exército na zona militar. Funcionava sob a coordenação do Centro de Informação do Exército. O financiamento da Oban, do ponto de vista empresariado brasileiro, era uma forma de combater o terrorismo crescente nas zonas urbanas, cada vez mais expansivo



por meio de guerrilhas urbanas que se aglutinavam e montavam aparelhos nas grandes capitais (GASPARI, 2002).

A opressão atuava de forma sistemática e arbitrária. Tudo era possível na caça ao inimigo interno. Os fins passam a justificar os meios (MAQUIAVEL, 1532). Os aparatos repressivos passaram a atuar de forma diretamente imbrincada com os interesses de grandes figuras políticas e empresariais do país, que viam no combate ao terrorismo uma forma de acabar com quaisquer ameaças de revolução socialista:

Naquele sombrio final de 1968, começamos a sentir os efeitos do cerco que se apertava sobre nós e, como ocorre nessas situações, veio à tona a gravidade do nosso isolamento político. Sabíamos que girávamos no vazio, mas ainda acreditávamos que o no começo era assim mesmo e que em breve as coisas entrariam nos eixos. Ao que me lembro, nem o isolamento político, nem o Ato Institucional nº 5, que caiu sobre nossas cabeças no dia 13 de dezembro, causaram-nos qualquer preocupação. O AI-5, a nosso ver, encaixava-se na sequência normal dos acontecimentos e nada alterava em nossos planos – mesmo porque esses independiam de mudanças conjunturais. Desatava-se, com o AI-5, as mãos da repressão política, instaurava-se de vez o arbítrio como norma de governo, abria-se caminho ao terror do Estado? Naquela altura, o AI-5 apresentava-se-nos apenas como o gesto final do despojamento da folha de parreira com que a ditadura militar encobria as suas vergonhas. Passaria ainda um bom tempo antes que pudéssemos compreender as mudanças que se operaram e o real alcance das medidas que vieram no bojo daquele Ato Institucional. Então – ah, que ironia! – Haveríamos de recordar os primeiros anos do regime militar até com uma ponta de saudade, e às vezes, uma exclamação suspirada do fundo do peito:

- Ditadura boa era aquela! (PAIVA, 1986)

### **O AI-5, o endurecimento do regime e a luta armada**

Em meados do fim dos anos 60, o Brasil e o mundo atravessavam um período que seria profundamente marcado por manifestações populares descontentes com a conjuntura política. Costa e Silva era o presidente que governava o Brasil no ano de 1968. De caráter estatista e centralizador, o presidente realizou obras em território nacional e demonstrou abertura ao capital estrangeiro. Entretanto, socialmente a situação que se mostrava era de insatisfação popular. Estudantes e trabalhadores passaram a ocupar as ruas das cidades brasileiras em busca de aumento salarial. Institucionalmente, a partir de 1968, o país a partir de então passaria a viver sob um regime arbitrariamente favorável a quaisquer ações governamentais que buscavam instituir a ordem.

A Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 1968, executa o estudante secundarista Edson Luís com um tiro no peito em uma manifestação organizada por estudantes no

restaurante popular chamado Calabouço. O assassinato do estudante mobiliza milhares de pessoas que unidas vão às ruas em busca de demonstrar publicamente descontentamento com a violência praticada pelas autoridades policiais, levando ao que foi a passeata dos cem mil, manifestação marcada pela participação de intelectuais, artistas, estudantes e trabalhadores que buscavam, através da manifestação, mostrar descontentamento com as arbitrariedades cometidas pelo governo.

À medida em que a população demonstrava desgosto com a conjuntura política, maior era a resposta por parte das autoridades militares, aumentando continuamente a repressão em cima de quaisquer manifestações que pudessem ser interpretadas como ameaça à segurança nacional.



Protestos após a morte de Edson Luís (Fonte: O Globo)

A resposta por parte do governo em relação às manifestações foi o Ato Institucional Nº 5, marcado por conceder amplos poderes ao presidente da república, pelo fim do habeas corpus, pelo fechamento do Congresso e abertura total para o regime ditatorial fazer o que bem entendesse, sem limitações constitucionais. O Ato fez com que qualquer um que se opusesse de maneira contundente ou moderada ao governo fosse visto como ameaça à segurança nacional. Uma forma de cumprir tal objetivo foi acabar com as possibilidades de ajuda judicial em casos de prisão motivada por questões políticas e conceder amplos poderes às autoridades militares, que passaram então a perseguir, violentar e executar a esmo qualquer um que fosse visto como uma ameaça.

A partir de 1968 a tendência ao endurecimento do regime foi implementada e executada ferozmente. Pedro Aleixo (1968), opositor do AI-5 e vice de Costa e Silva, sintetizou o que viria a ser a melhor descrição do que era o AI-5: o ato instituiu efetivamente uma ditadura, e elucidava que a questão não era sobre os amplos poderes do presidente, mas os do guarda da esquina. O regime passaria, a partir de então, a assumir caráter ainda mais autoritário e polarizado. Instantaneamente passaram a ser formados grupos de extermínio, como por exemplo o chamado Esquadrão da Morte, responsável por diversos atentados e execuções a mando das autoridades militares, caracterizando o que viria a ser o banditismo representativo do regime militar, marcado por casos de corrupção, tráfico de drogas e assassinatos. O Esquadrão da Morte passou a protagonizar o cenário da polícia política no Brasil.

No contexto polarizado, a esquerda também optou por responder às truculências do regime. Passava a atuar a esquerda armada, articulada desde 1964, mas operante a partir do AI-5. Os grupos responsáveis pelos assaltos a bancos, pelos sequestros de embaixadores em troca de presos, não pretendiam retomar um regime democrático, mas instituir uma ditadura proletária (GASPARI, 2002). Inspirados na Revolução Cubana, grupos como a ALN e VPR buscavam, através da revolução armada, tomar o poder e instituir a ditadura proletária, visto que, devido endurecimento do regime, alguns setores da esquerda não viam possibilidades de mudança se não fosse pela luta armada. A partir de então, a esquerda passou a realizar atos que viriam a desmoralizar e a constranger publicamente e internacionalmente o regime militar.

No contexto em que se encontravam as organizações de esquerda no fim dos anos 60, muitos militantes estavam presos e muitas vezes foram torturados. A forma com que a esquerda passou a exigir a libertação de presos foi praticando sequestros de figuras que eram custosas ao governo, por exemplo, passaram a sequestrar embaixadores. O primeiro a ser sequestrado foi Charles Elbrick (SIRKIS, 1980).

Em troca de sua liberdade, a esquerda exigia a soltura de 15 presos. A primeira ação, após bastante truculência, foi vitoriosa, entretanto, como era esperado a resposta vitoriosa do sequestro do embaixador foi o fortalecimento do aparelho de segurança do regime. Com a libertação dos presos, muitos membros de organizações armadas de esquerda puderam voltar a constituir os quadros da oposição, embora isso em muitos casos tenha levado à morte aqueles que voltaram com a intenção de acabar com o regime militar.



Propaganda política governo Médici. (Fonte: Arquivo Nacional)

### **Desaparecidos políticos e violência estatal arbitrária**

Após o AI-5 o conceito de desaparecido deixou de significar algo que se perde de vista e passou a qualificar cidadãos assassinados pela repressão (GASPARI, 2002).

O projeto Brasil: nunca mais (1985) traz o conceito de desaparecido político enquanto correspondente ao estágio maior do grau de repressão política. Desaparecer com um preso era uma forma de tortura, visto que perpetua o sofrimento daqueles que estão na busca por um ente desaparecido.

A forma com que o Exército participou ativamente da política de desaparecimentos forçados foi utilizando de uma técnica de ocultação de cadáveres. Retirando a arcada dentária, as pontas dos dedos, lançando corpos a rios, propositalmente no intuito de tornar impossível a localização e identificação dos desaparecidos. (Relatório Comissão Estadual RJ, 2012.)

Fazer com que um subversivo desaparecesse era mais incisivo do que mostrar o cadáver. Ficava um resquício de esperança nos familiares que buscavam entes desaparecidos (MALHÃES, 2014).

Em meados dos anos 70 o Brasil passaria a viver o que se chamou de milagre econômico. Sob a gestão do presidente Médici, duro e implacável no combate à oposição, o país experimentou fortes ondas de nacionalismo, violência e crescimento econômico, ainda que não tenha sido duradouro. Com a participação do Ministro da Fazenda, Delfim Netto, o Brasil passou ter 99 estatais construídas pelo Estado, ampla ocupação do território com a construção de estradas e passou a existir sob o slogan: “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

Aqui, no caso do slogan, cabe uma análise do discurso proposto: analisando a construção da linguagem nesse discurso, pode-se dizer que para além de simplesmente amar o que o Brasil significava enquanto nação, era necessário que se aceitasse o que se passava no país naquele momento em que graves violações de direitos humanos eram cometidas e mantidas escondidas da população. Amar o Brasil, nesse caso, significava tampar os olhos e os ouvidos para as atrocidades que aconteciam.

Austin (1975) propõe uma nova forma de entender o papel desempenhado pela linguagem, para além de sua compreensão linguística. A possibilidade de um novo sentido que vá além do significado que a sentença significa. A linguagem é, também, uma forma de ação intencional. Proferir uma sentença não significa apenas que se diz algo, mas também que se faz algo: o dizer é fazer. A linguagem neste discurso foi além de uma lógica de representação, explicitou a relação criada entre os que estavam no poder e os que não tinham o direito de manifestar-se. Demonstrando, assim, que a linguagem presente nesse discurso em questão foi usada para praticar uma ação. Foi além do aspecto da linguística. Uma semântica construída e carregada de uma determinada intenção.

A análise de Foucault (1970) sobre discurso e relações de poder, explica a forma com que é construído o discurso em situações de controle social:

O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1970:10)

Foucault (1970) ainda salienta que em toda sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída no intuito de conjurar poderes e perigos. No caso do regime militar, a propaganda política e o discurso que foi perpassado através dela foram intencionalmente construídos em tom coercitivo e ameaçador.

Construído sob propaganda política bem-sucedida, o governo Médici foi responsável por encobrir através da censura o que se passava na repressão, criado sob um imaginário ufanista, a população foi estimulada a não saber o que se passava nos porões da ditadura.

Os anos seguintes após o AI-5 proclamado em 1968 foram de pânico e terror para quem se opusesse, mesmo que de maneira não contundente, contra o autoritarismo do Estado. O AI-5 deu amplos poderes ao Executivo, permitindo que a linha dura pudesse muito, porém não pudesse tudo. Não era permitido matar, torturar e sumir com corpos de suspeitos de atividades subversivas, contudo, era o que acontecia na surdina do regime militar. De acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014), 423 pessoas tornaram-se desaparecidas no período de 1964 a 1985. Como o próprio Médici (1970) havia dito ao assumir o cargo de presidente: “Eu tenho o AI-5 em mãos e, com ele, posso tudo” (MÉDICI, 1970). Via na ditadura um instrumento de ação burocrática, fonte de poder e depósito de força (GASPARI, 2012).

Com o início da Oban, é iniciada a destruição das organizações de esquerda. As atividades da repressão foram centralizadas sob a forma de uma polícia política dentro do Exército, tudo isso financiado pelo grande empresariado paulista atuando nos porões da ditadura, garantindo o sucesso da destruição das organizações de esquerda.

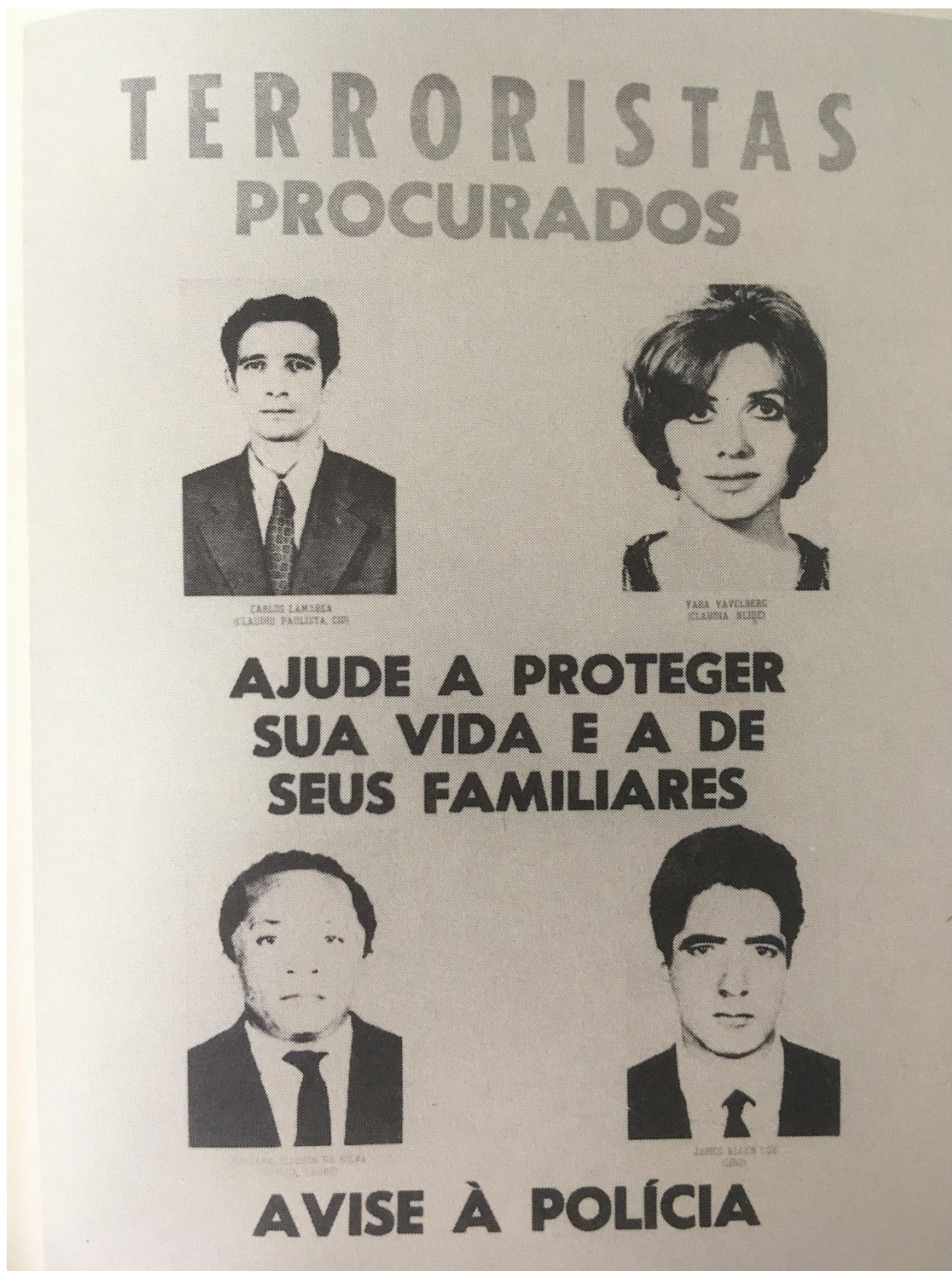
De 1964 a 1968 foram contabilizadas 308 denúncias de tortura. Em 69 elas já somavam 1027, em 70, 1206. (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985). O combate ao terrorismo acontecia por vias de fato.

O DOI (Destacamento de Operações de Informações) foi criado com a intenção de substituir e aprimorar a sistematização da central repressiva que foi a Oban. Criado em 1970 por Médici e Orlando Geisel, o destacamento funcionava como uma moldura administrativa que ratificava a multiplicação de centrais repressivas (GASPARI, 2002). Formava uma unidade pessoal autárquica, concebida de forma a preencher todas as necessidades da ação repressiva sem depender de outros serviços públicos. O DOI protagonizou cenas de terror e assassinato comandadas por oficiais do exército, delegados e policiais que através da tortura buscavam confissões rápidas e nem sempre verdadeiras. Estrategicamente, a sala de tortura era estruturada de forma a ter em suas dependências,

o torturado, o torturador e um analista que anotava o que era dito sob tortura. Era comum que muitas vezes o preso confessasse algo que não havia feito e assinasse as confissões, não necessariamente verdadeiras, sob tortura.

Embora o aparelho estatal tenha destruído seus adversários, não destruiu seus objetivos. (GASPARI, 2002). Não foram buscadas adesões fora do espectro político da esquerda. Trabalhadores não se alistavam na revolução popular. Ao mesmo tempo em que uma parte da esquerda via na luta armada o único meio de degradingolar a ditadura, a outra parte via na luta armada um empecilho para a restauração do sistema democrático. Mesmo que os civis tenham sido contra as atrocidades cometidas pela ditadura, não havia interesse popular em compor uma resistência armada que poderia vir a construir uma futura ditadura proletária. A classe média intelectual era quem protagonizava a ação armada.





Cartaz espalhado pelo governo. Dentre os procurados, Carlos Lamarca e Iara Iavelberg (Fonte: A Ditadura Escancarada)

A ideia de caça ao inimigo interno impôs transformações profundas na estrutura do sistema de segurança nacional do Estado. Estando ciente de que havia sido eliminada a ideia de inimigo externo, e potencializando a ideia de inimigo interno, o problema da



segurança nacional era um inimigo que circulava entre os próprios brasileiros. A autoridade absoluta dos militares servia como proteção para o trabalho das forças repressivas. O que se passou no Brasil na estrutura da repressão foi o aparelhamento construído para uma guerra surda, travada sob a égide de interrogatórios, investigações sigilosas, escutas telefônicas e armazenamento de informações. As rotinas de prisões ilegais desrespeitavam as garantias individuais dos cidadãos, a prática sistemática de detenções se aprimorava através de sequestros ilegais, seguidos por prisões, tortura e execução. (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985).

O que se dizia publicamente como forma de justificativa pela violência empregada, era que os órgãos de segurança nada faziam além de responder à violência da esquerda armada. Quando um objeto interno, nesse caso entendido como um inimigo, desafia a ordem estabelecida pela estrutura adjacente ele logo é visto de forma perigosa, nada pode desafiar uma ordem estabelecida. Portanto, ele será cortado daquele espaço, seja físico ou seja metafórico, para que não desafie a estrutura de poder dominante (DOUGLAS, 1987).

O emprego sistemático da tortura foi fundamental para que a engrenagem do regime militar funcionasse na repressão. A conivência por parte da Justiça Militar, ao desempenhar de forma omissa o papel esperado, fez com que o órgão passasse a ser conivente com as sevícias cometidas durante os interrogatórios. Os laudos de tortura eram ignorados propositalmente, fazendo com que as atrocidades que constavam nos inquéritos fossem ignoradas, abrindo espaço para decisões as judiciais tomadas pelos órgãos de segurança.

Era comum que presos políticos que haviam sido torturados fossem usados de forma a exercer pressão nos outros presos no intuito de coibi-los a declarar o que as autoridades militares desejavam, em 1970 foi declarado em depoimento pela assistente social Ilda Brandle Siegl o seguinte relato,

O que mais influiu no ânimo da depoente foi o fato de ser mostrado a ela um rapaz, que hoje sabe ser Flávio de Melo e que se encontrava arrocheado no braço e com o rosto inchado, e disseram à depoente que, se não concordasse em colaborar, ficaria igual a ele; (...) que disseram a ela que a tortura ali era científica, não deixava marca; que foi espancada e despiram a depoente e provocaram choques elétricos; que enquanto um aplicava choque, o Dr Mimoso abanava a depoente para que a mesma não desmaiasse; que havia pausa a critério médico; que aplicavam choques nos seios, no umbigo e na parte interna da coxa; que após foi jogada numa cadeira, já que não podia ficar de pé. (BANDLE SIEGL, 1970)

Réus constantemente eram forçados a assinarem depoimentos forjados. Acontecia de o réu não poder ler os papéis que lhes eram apresentados, como declarou o jornalista Nelson Luiz de Moraes Costa (1971), torturado aos 22 anos:

(...) que os depoimentos que constam nos autos foram feitos sob coação física e moral, ocasião em que foi obrigado a assinar diversos papéis brancos e datilografados, sendo que destes desconhecia o seu teor; que em época nenhuma, ou melhor, por um período de 43 dias, não teve acesso a nenhum advogado, pois se encontrava preso incomunicável; que por ocasião de assinar os citados papéis, se encontrava incapaz, falando palavras desconexas, monologando sem qualquer discernimento, e devido a esse estado foi levado ao Hospital Souza Aguiar, onde foi medicado.(...) (MORAIS COSTA, 1971)

A tortura deixou sequelas de forma que o trauma reverberava de forma física, psicológica e moral. Muitos se calavam sobre as torturas sofridas por receio de represálias. Por se tratar de uma prática que passou a ser exercida de forma científica, a tortura muitas vezes era feita de forma a não deixar marcas físicas para não comprometer os interrogadores. A tortura quando utilizada como método de interrogatório não foi ocasional: obedecia a critérios, decorreu de planos e verbas exigindo a organização de uma infraestrutura composta de locais adequados, diversificada tecnologia e participação de médicos e enfermeiros, os quais eram coniventes com as práticas e muitas vezes participavam diretamente das torturas, fornecendo laudos falsos e ocultando a real causa dos assassinatos.

O sistema repressivo dispunha de seus próprios alojamentos que serviam de base para a manutenção de torturas ou cárcere privado. Durante o transporte os prisioneiros eram levados de olhos vendados para os locais, o que os impedia de reconhecer os lugares que estavam e os privava de avistar as grandiosas estruturas montadas para os fins de tortura.

Dentre os alojamentos utilizados como “aparelho” do sistema repressivo, estava a chamada Casa da Morte. Localizada em Petrópolis, a casa era um centro clandestino de tortura e assassinato criado pelos órgãos de repressão. A casa foi preparada para receber presos políticos e torturá-los, para manter o disfarce e não levantar suspeitas sobre o que se passava ali, era forçado um ambiente festivo na casa. No documentário Todos os Torturadores do Presidente, Cláudio Guerra (2005), ex delegado e torturador nos anos de chumbo, descreve a forma com que os corpos eram exumados e incinerados após a tortura quando o preso havia sido assassinado. Ninguém que passava pela Casa da Morte

sobrevivia. A única exceção foi a guerrilheira Inês Etienne Romeu. Cláudio Guerra (2005) explica no documentário “Todos os torturadores do presidente” que sua função no processo repressivo era a de executar e desaparecer com os corpos dos opositores torturados, coletando corpos e os levando para serem incinerados.

Paulo Malhães (2014), em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro em 18 de fevereiro de 2014, expõe a forma com que os presos eram levados à força para aparelhos clandestinos,

CEV-RJ: Qual o interesse em fazer isso [prender uma pessoa] em uma casa e não em uma própria unidade militar?

Paulo Malhães: Porque você causa pavor no interrogado. Ele vê que você está sendo...

CEV-RJ: Ele acha que vai morrer?

Paulo Malhães: Quando o cara entra no quartel ele sabe que está seguro. Ele acha que está seguro, que ninguém vai matar ele dentro do quartel. Quando você prende ele em uma casa, “por que me trouxeram para cá e não me levaram para o quartel?”.

CEV-RJ: Aí é o pavor.

Paulo Malhães: “Se estão me trazendo aqui é porque vão me levar para outro lugar.” E a gente ameaçava com isto, né? “Você já viu que você está preso, mas não está preso no quartel. Você está preso em uma casa. Daqui você pode ir para qualquer lugar. Aqui você não está inscrito em nada.” (Relatório Comissão Estadual RJ, 2014:82)

### **As modalidades de graves violações de direitos humanos**

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014) apresenta as quatro modalidades de grave violação de direitos humanos, priorizadas pela Comissão:

- a) prisão (ilegal ou arbitrária);
- b) tortura;
- c) execução sumária ou arbitrária;
- d) desaparecimento forçado, considerando a ocultação de cadáveres.

Nenhuma das formas de tortura listadas acima deixou de ser amplamente utilizada de forma sistemática nas duas décadas de regime militar.

A prisão ilegal ou arbitrária é assim considerada por violar normas constitucionais ou outras medidas legislativas adotadas pelos Estados. É caracterizada como arbitrária sempre que, mesmo legalmente prevista, viole direitos e garantias individuais ao se utilizar de meios e procedimentos desproporcionais ou desnecessários. Era comum que esse procedimento fosse realizado por autoridades ou polícias que realizavam sequestros seguidos de desaparecimento forçado. São inúmeros os casos de suspeitos de subversão,

ou militantes, em que pessoas eram sequestradas e levadas para as instalações do DOI-CODI, ou outro departamento policial, e mantidas em cárcere sob tortura, seguida de execução e desaparecimento forçado do corpo. As prisões eram o início de todo o processo de grave violação de direitos humanos, era a porta de entrada para o aparelho repressivo. Qualquer um que fosse visto como uma ameaça era passível de ser arbitrariamente preso, seja fazendo parte de organização política, participação em passeatas ou em greves. (Relatório Final CNV, 2014)

Os presos eram propositalmente mantidos incomunicáveis para que os agentes de repressão pudessem continuar na busca por informações, era comum que desenvolvessem estratégias para fazer chegar a seus familiares, advogados e organizações políticas, a notícia da prisão, numa tentativa de sobrevivência e integridade física.

O regime militar não possuía escrúpulos na hora de realizar prisões arbitrárias, chegando a prender até mesmo menores de idade, a exemplo disso, aconteceu com Maria Luiza Melo Marinho Albuquerque, presa aos 16 anos, em novembro de 1969, pelo agente do CIE, Paulo Malhães. Em depoimento de 4 de novembro de 2014, Maria Luiza (2014) relata:

Nós três fomos conduzidos juntos para o DOI-CODI [PIC] no batalhão do Exército na rua Barão de Mesquita na Tijuca, onde ficamos por alguns dias até sermos levados para a Vila Militar, onde fiquei em torno de 40 dias. Por se menor de idade fui encaminhada ao Juizado de Menores, onde fui solta, tendo que cumprir alguns procedimentos por mais algum tempo.

Menos de um ano depois, com 17 anos, portanto ainda menor de idade, fui novamente sequestrada. Desta vez na casa de meus pais e fui novamente conduzida para o mesmo lugar, o DOI-CODI no batalhão do Exército na rua Barão de Mesquita, na Tijuca, onde permaneci presa por três dias.

Todas as informações prestadas acima estão devidamente registradas com muito mais detalhes no inquérito militar aberto na época. Portanto oficialmente o Governo vigente na época, uma ditadura militar, sequestrou e manteve encarcerada por duas vezes uma cidadã menor de idade.

O que não está registrado e não consta do inquérito militar é o que se passou nos dois períodos em que estive presa. Na primeira vez, apesar da fragilidade que aparentava como qualquer adolescente de 16 anos, não fui poupada da brutalidade de uma tortura insana física e emocional, como se aqueles seres animais e doentios, muito distantes de serem humanos e racionais, estivessem diante de alguém altamente perigosa e que pudesse apesar da pouca idade fornecer informações fundamentais para suas “investigações”. E, mesmo que tivesse eu alguma informação, não seria esta a forma de interrogatório que se espera de qualquer Governo. O meu caso em particular é a prova cabal que a tortura praticada naquela época, muito longe de ser apenas uma forma (mesmo errada) em busca do objetivo a ser alcançado, era também a prática incorporada pelos agentes para satisfazer seus instintos mais sórdidos.

Em uma destas sessões de tortura cheguei a ter à minha volta cinco homens que babavam de satisfação ao ver a urina escorrer por minha calça motivada pelo choque elétrico que recebia naquele momento e por não poder ter ido ao banheiro. Cada gemido ou grito de dor era para eles como um troféu adquirido, como uma meta alcançada. Aquela menina representava o ápice do que eram capazes de fazer impunemente. Só fui poupada da agressão sexual, talvez porque ficaram com medo de cometer mais este crime com uma menor (ALBUQUERQUE, 2014)

Ainda que o país se encontre em situações de guerra, estado de sítio, emergência pública ou outros tipos de ameaças à segurança nacional, não é justificável o uso da tortura. No Brasil, ela foi utilizada de forma ostensiva e sistemática na busca pela destruição da oposição, de forma generalizada à população civil, é configurando, portanto, como um crime contra a humanidade. Sempre que um suspeito era preso e enviado à tortura para obtenção de informações, o tratamento se mostrava desumano e cruel, cientificamente montado para que o preso, em agonia e dor latentes, sucumbisse ao estado de perturbação causado pela tortura e repassasse as informações, em Depoimento de um Torturado, Dimas Perrim (1979) descreveu que as formas com que as sevícias aconteciam eram de forma a manter o torturado despido, de capuz, mantendo parte do corpo revestido por fios elétricos.

O que se passava eram perguntas seguidas de silêncio, agressões e insultos. A fidelidade que era mantida aos companheiros de organização, fazia com que os presos nem sempre confessassem o que lhes era pedido, o que se tornava mais um motivo para que a tortura continuasse: não querer colaborar era justificativa para a continuação das sevícias.

As execuções sumárias podem ser caracterizadas de forma a compreenderem os casos de privação da vida resultante de sentenças ditadas por tribunais especiais ou militares em expressa violação às garantias judiciais e processuais da vítima, reconhecidas nos ordenamentos jurídicos nacionais e nos instrumentos normativos internacionais. As arbitrárias ou extrajudiciais dizem respeito aos homicídios perpetrados por agentes do Estado ou por terceiros, que agem com apoio ou tolerância estatal.

Na ditadura militar brasileira, as formas de execução aconteciam em conjunto, tanto sumariamente quanto arbitrariamente, tendo em vista que os presos não só eram privados de liberdade devido sentenças ditadas por tribunais militares como também eram eventualmente mortos por agentes do Estado, formando uma rede na qual o Estado

passava a agir de forma conivente e sistêmica na execução em massa que acontecia com os que eram entendidos como opositores do regime.

A prática de execuções não pode ser justificada pelo fato de se tratarem de subversivos e terroristas. Foram milhares de pessoas detidas sob a custódia do Estado, visto que as mortes decorrentes de prisão são consideradas de ordem e responsabilidade estatal. Sendo um ataque generalizado e sistemático contra a população civil, do ponto de vista da Comissão Nacional da Verdade, pode-se entender que as execuções realizadas pela linha dura do regime militar configuram prática de crime contra a humanidade (Relatório Final CNV, 2014).

Os desaparecimentos forçados foram realizados de forma sistemática e generalizada no período ditatorial da América Latina. A prática consistia em detenção, seguida de execução e da ocultação de milhares de pessoas. Em Petrópolis, Rio de Janeiro, estava localizada a casa de conveniência chamada Casa da Morte, local em que eram levados os capturados para serem torturados e em seguida mortos, ninguém enviado para a casa saía vivo, funcionava justamente com este propósito.

Neste local os subversivos eram torturados e assassinados e em seguida levados para um lugar em que seriam incinerados, ou jogados em rios. Era comum a prática de violência sexual com as mulheres, uma forma de tortura praticada no intuito de desmoralizá-las para conseguir confissões. O objetivo de incinerar os corpos era justamente fazer com que não existissem rastros do que havia acontecido, quando não eram incinerados ou jogados em rios, os corpos eram jogados em cemitérios ou valas clandestinas, enterrados como indigentes, até hoje pouco se sabe do que aconteceu com essas pessoas.

Em contrapartida aos desaparecimentos forçados houve a atuação da arqueologia da repressão, mecanismo que buscava histórias ditas não oficiais, especialmente em casos de tortura. Supõe retomar as formas pelas quais foi engendrado todo um complexo sistema de repressão. (CALDAS DOS ANJOS, 2012). Entender os instrumentos de tortura configura compreender a forma com que os aparelhos da repressão buscavam desfigurar os assassinados para que não fossem reconhecidos. Era comum retirar arcada dentária, dedos, qualquer forma de identificação por DNA.

A Comissão Nacional da Verdade (2014) configura como desaparecimento forçado os seguintes exemplos,

- a) casos derivados de detenções não reconhecidas oficialmente, seguidas pela negação de informações sobre o paradeiro da vítima: trata-se do modelo de desaparecimento que se tornou padrão, entre 1973 e 1974, em que militantes eram capturados pelos órgãos da repressão em um contexto de operações de inteligência em torno das organizações e do intenso monitoramento sobre os militantes, muitas das vezes na clandestinidade;
- b) casos derivados de detenções oficialmente reconhecidas, seguidas de negação de informações sobre o paradeiro da vítima: ambos raros e esparsos, tais casos ocorreram em relação a militantes que não viviam na clandestinidade e cuja morte, aparentemente não planejada, não poderia deixar rastros;
- c) mortes oficialmente reconhecidas, com ausência de plana identificação dos restos mortais: trata-se de padrão que pretendia eximir a responsabilidade do órgão de repressão, com montagem de versões oficiais falsas para mortes causadas por tortura.

Para tanto, passou a ser necessário distinguir o que era “morto” do que era “desaparecido”. Mortos são aqueles que foram executados por agentes do Estado, ou a mando de terceiros que ocupam cargos de autoridade militar; aqueles que cometerem suicídio na iminência da prisão, na iminência da tortura ou aqueles que cometerem suicídio em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por autoridades militares. Desaparecidos são vítimas executadas após terem sido privadas de liberdade por agentes do Estado ou por terceiros.

### **Os métodos de tortura**

Em suma, o método de tortura foi institucionalizado no Brasil durante o Regime Militar. Aulas eram ministradas a respeito, presos serviam de cobaia, passando à condição de método científico. A pesquisa do projeto Brasil: Nunca mais (1985), revelou quase uma centena de diferentes modos de tortura, mediante agressão física, pressão psicológica e utilização dos mais variados instrumentos aplicados aos presos políticos. Dentre os exemplos, destaco alguns trazidos pelo projeto “Brasil: nunca mais”:

- a) O pau de arara: consistia numa barra de ferro que é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, sendo o “conjunto” colocado entre duas mesas, ficando o corpo do torturado a cerca de 20 ou 30 cm do solo. Esse método nunca é utilizado isoladamente, seus complementos normais são eletrochoques, palmatória e o afogamento.
- b) O choque elétrico: é dado por um telefone de campanha do Exército que possuía dois fios longos que são ligados ao corpo, normalmente nas partes sexuais, além dos ouvidos, dentes, língua e dedos.
- c) A “pimentinha” e dobradores de tensão: era constituída de uma caixa de madeira, que no seu interior tinha um ímã permanente, no campo do qual girava um rotor combinado, de cujos terminais uma escova recolhia corrente elétrica que era

conduzida através de fios que iam dar nos terminais que já descreveu. Essa máquina dava uma voltagem em torno de 100 volts, e de grande corrente, ou seja, em torno de 10 amperes.

- d) A “cadeira do dragão”: o interrogado era obrigado a sentar numa cadeira a qual era amarrado com correias revestidas de espumas, além de outras placas de espuma que cobriam seu corpo; os dedos eram amarrados em fios elétricos, dedos dos pés e mãos inchados, iniciando uma série de choques elétricos, ao mesmo tempo outro torturador com um bastão elétrico dava choques entre as pernas e pênis do interrogado.

Apresentados alguns dos métodos e práticas, pode-se dizer que o regime militar criou uma estrutura repressiva responsável por torturar, matar e desaparecer com quaisquer que fossem os acusados ou suspeitos de serem uma ameaça à segurança nacional. Criando um regime de terror no qual ninguém saía impune, qualquer um era motivo para perseguição, ameaça e detenção. Eventualmente, com o endurecimento do regime, o número de torturados e desaparecidos políticos cresceu exponencialmente, em especial nas gestões dos presidentes Médici e Geisel, publicamente apoiadores da tortura como método de obtenção de informações. A partir de 1968, ano de implementação do AI-5, até seu fim, em 1979, o Brasil passaria a viver sob anos de intensa repressão revestida por um contexto de milagre econômico às custas de uma sociedade civil marcada pelo medo.

Como foi dito por Forst (2010):

É tarefa do Estado assegurar os direitos humanos e proteger os cidadãos de violações por atores privados, tais como grandes empresas, por exemplo. A omissão, seja porque o Estado decide não agir, ainda que tenha condições para isso, ou porque está muito debilitado, constitui proteção insuficiente dos direitos humanos, mesmo que tal violação não seja o trabalho do Estado, mas de outros agentes. Portanto, o Estado é o principal endereçado das reivindicações para proteger direitos, mesmo que não seja o único agente que possa violá-los (FORST, 2010:738)

Iniciando a monografia, busquei apresentar os conceitos relativos à arqueologia da tortura, os personagens por trás das engrenagens, as sequelas provenientes de tortura, a estrutura por trás do aparato repressivo, assim como as modalidades, métodos e o que viria a qualificar o que significava ser desaparecido no Brasil a partir do AI-5. O objetivo da análise feita a partir da apresentação é o de fomentar o entendimento da arqueologia da tortura que foi montada no Brasil no intuito de se conseguir informações, ainda que não necessariamente verdadeiras. Apresentados os conceitos e formadas as análises, posso seguir adiante elucidando o que foi o caso Herzog a partir de uma ótica analítica e crítica do período que iniciaria a transição democrática.



## **Capítulo 2 – O caso Herzog e o processo de “abertura” política iniciada no Governo Geisel**

Neste capítulo pretendo discorrer sobre a forma com que a repressão passou a atuar drástica e arbitrariamente a partir da década de 1970. Momento no qual o país passou a ser governado por Médici (1969-1974), e em seguida por Geisel (1974-1979). Ambos os presidentes atuaram sob respaldo do AI-5, tendo tido poderes amplos na busca pelo combate à repressão. Pretendo discorrer sobre o caso Herzog e a forma com que sua repercussão gerou comoção de nível internacional, mobilizando a sociedade brasileira em prol do movimento de abertura política em direção à democracia. Propondo análises, também, acerca da atuação dos órgãos de segurança pública diretamente ligados aos processos de tortura e execução e a forma com que foram endurecidos os processos de obtenção de informações e desaparecimentos forçados no período comportado entre 1974 a 1979.

O motivo pelo qual escolhi o caso Herzog foi porque sua morte foi um ponto culminante na virada em torno da “abertura” política que se iniciou a partir de 1975. A morte de Herzog inflamou os ânimos em diversos setores civis da sociedade brasileira que substituíram o medo pela coragem de ir às ruas protestar contra as atrocidades cometidas pelas autoridades militares.

O objetivo deste capítulo é apresentar uma análise do que foi a morte de Vladimir Herzog no contexto do governo Geisel, um governo caracterizado por dar início a um processo de distensão e “abertura” política, rumo à restauração democrática, que veio apenas 10 anos depois, em 1985.

As formas de análise para a estruturação do capítulo foram extensas pesquisas bibliográficas especialmente do livro “Dossiê Herzog: prisão tortura e morte no Brasil” (1979) escrito por Fernando Jordão, amigo pessoal de Herzog. Assim como também utilizei de Foucault (1999) e alguns outros autores no intuito de sintetizar a arqueologia da tortura e o funcionamento das prisões, utilizando teses de mestrado (DOMINGUES DA SILVA, 2011; SADDI, 1999) sobre o que foi o caso Herzog focados na possibilidade de entendimento da situação política que o Brasil se encontrava no ano da morte de Herzog.

## **“Mataram o Vlado!”**

Dentre a exposição do caso Herzog e suas contribuições para as mobilizações de caráter nacional e internacional, pretendo discorrer sobre o governo Geisel e suas medidas no processo de distensão política em direção à democracia. Assim como o papel desempenhado pelo Superior Tribunal Militar na busca por averiguações dos casos de tortura e seu papel omissivo, e muitas vezes conivente, com as atrocidades cometidas.

A repressão chegou ao seu ápice em meados dos anos 1970. Atuando sob respaldo político e institucional, a oposição passou a ser aniquilada de forma impiedosa e arbitrária, a desordem trazida pela oposição remetia ao perigo (DOUGLAS, 1966), devendo, portanto, ser eliminada a qualquer custo. Ainda que essa oposição não representasse materialmente ameaça nenhuma. Vivendo sob o governo Médici (1969-1974), o Brasil vivenciou os casos mais alarmantes de tortura e desaparecimentos forçados, ao mesmo tempo em que vivia a prosperidade de um país vencedor de Copa do Mundo e com gigantesco potencial econômico. A propaganda oficial do governo fizera com que os casos de tortura tenham sido mantidos escondidos do interesse público, tratando-os de forma a não existirem. Toda forma de denúncia que chegava à imprensa era imposta à censura e propositalmente destinada ao esquecimento. Ora tratado como mentira, ora como tentativa de difamar o governo brasileiro no exterior.

Quando passado ao governo Geisel (1974-1979) o Brasil passou a experimentar o que seria chamado de “distensão gradual, lenta e segura”, em busca do que viria a ser o processo de retomada da democracia. Entretanto, os casos de tortura continuavam alarmantes. Ainda sob respaldo governamental, as diretrizes da repressão política foram redefinidas em 1973 e o principal objetivo era: *“[...] a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas, de qualquer jeito, a qualquer preço. Foram constituídos “[...] dois grupos ultrassecretos – um no CIE (Centro de Informações do Exército) de Brasília e outro no DOI-CODI de São Paulo - formados por menos de dez pessoas. Eles estavam autorizados a assassinar e sumir com os corpos e foram responsáveis pelo desaparecimento de cerca de 80 presos políticos entre 1973 e 1975”.* (Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985) 2012:22)

Com toda a perseguição política sistemática implementada durante o período de 1975, 142 pessoas passaram pelos DOIs de todo o país. Os casos de tortura haviam

triplicado (GASPARI, 2002). O que era dito publicamente pelo presidente Geisel (1975) era que:

Há muitos anos o Brasil não tem tanta liberdade política como tem hoje. Os jornais escrevem o que querem, os políticos dizem o que querem, fazem os discursos que bem entendem. Todo mundo é livre no Brasil. Só não é livre aquele que quer perturbar a ordem. Este vai para a cadeia, para o processo [...] A principal abertura que está faltando, e faltando muito, é a oposição abrir a janela e olhar para fora, olhar para o mundo, ver como o mundo vive, ver o que há de terrorismo, o que é de assassinatos, o que há de crimes, o que há de perturbações pelo mundo afora. (GEISEL, 1975)

Não era o que se passava nos porões do regime. Tomando o exemplo dos partidos, o PCB passou a ser perseguido massivamente, tendo tido prisões de estudantes e jornalistas, havendo casos até mesmo de familiares de autoridades sendo presos. E para não perder a compostura da maneira equânime com as quais os presos eram tratados, familiares de autoridades militares eram torturados em casos de envolvimento com atividades consideradas subversivas. Foi o caso da estudante Cristiana, do PCB, presa e torturada sob comando de seu primo de segundo grau, Ednardo D'Avila Mello, comandante do II Exército entre 1974 e 1976 (GASPARI, 2004), de fato não houve distinção por ser familiar de uma autoridade militar no tratamento que recebeu no cárcere. Cristiana foi brutalmente torturada com choques elétricos nas mãos, sob a desculpa de que “Aqui ninguém tem privilégios. [...] Ela é comunista, está presa e acabou” (DANTAS, 1975).

Na sequência da perseguição ao PCB a repressão passou a mirar nos jornalistas do partido. O regime se utilizava de ferramentas como a Lei de Imprensa, fazendo com que o direito à informação fosse cerceado. A lei era aplicada contra profissionais de imprensa que divulgavam críticas ou notícias incômodas: o direito de criticar, informar e discordar era coibido. Ainda que fosse pregado no governo Geisel o projeto de “distensão”, após a destruição massiva das organizações de esquerda é iniciada a caça generalizada ao PCB (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985).

Um dos casos mais alarmantes do período e provavelmente o que causou maior alarde foi o de Vladimir Herzog. Assumidamente militante do PCB, entretanto, não desenvolvia atividade clandestina. Apresentou-se voluntariamente ao DOI-CODI-II EX às 8h da manhã do dia 25 de outubro de 1975 sabendo que constava na lista de próximas prisões para prestar esclarecimentos. No primeiro dia de prisão sofreu inúmeras torturas e logo em seguida o motivo ligado à sua morte foi suicídio (JORDÃO, 1979).

A morte de Vlado foi um divisor de águas política e socialmente no Brasil. Representou um marco decisivo de transição, no qual a revolta substituiu o medo. As denúncias vieram à tona, internacionalmente o país passou a ser alvo de críticas por parte de setores de direitos humanos. A direita viu-se obrigada a abdicar de um posicionamento defensivo e a adotar um papel em que fosse obrigada a prestar conta de seus atos. A morte do jornalista causou mudanças estruturais na forma com que a repressão passaria a atuar, consolidou o que viria a causar mudanças nas estruturas dos quadros de interrogadores. A comoção passou a assumir caráter internacional, sindicatos e organizações passaram a incentivar protestos pelo país. O assassinato disfarçado de suicídio viria a ser um dos fomentos do caminho que levaria ao processo de abertura política. (JORDÃO, 1979)

Dentro das circunstâncias de sua morte, houve participação médica na construção do suicídio forçado. Era comum a participação de médicos legistas e enfermeiras nas dependências das câmaras de tortura, inclusive em casos em que era necessário falsificar atestados de óbito para que o assassinato devido tortura fosse dado por suicídio. Os Institutos Médicos Legais forneciam respaldo técnico aos aparatos da repressão política, legalizando as mortes e confirmando as versões policiais. No caso específico de Herzog, em outubro de 1978 a União foi considerada responsável por sua morte ocorrida em outubro de 1975. Dentre os médicos estava presente o legista Harry Shibata, um dos que assinaram o laudo necroscópico de sua morte, o qual corroborava com a versão fantasiosa de suicídio, admitindo em processo que assinou o laudo sem ter visto o cadáver (SHIBATA, 1978).

No dia do enterro de Herzog, acontecido no Cemitério Israelita, seu corpo foi levado por mais de mil pessoas em cerca de 300 automóveis, a repressão meticulosamente permitiu que os outros jornalistas presos nas mesmas dependências do DOI-CODI em que Vlado estava, fossem liberados para assistir. Fazia parte da técnica repressiva permitir a saída de presos políticos em ocasiões como essa para demonstrar que estes eram mantidos em boas condições e que estavam vivos. Entretanto, ao mesmo tempo em que era permitida a saída, os familiares eram indiretamente responsáveis pela vida dos presos, visto que qualquer denúncia ou pronunciamento público sobre as torturas sofridas, provavelmente implicaria em sevícias ainda piores para quando os presos voltassem para as dependências do DOI-CODI.

Nesse contexto especificamente, os jornalistas Konder, Duque, Markun e Anthony, foram liberados para assistir ao enterro do amigo e demonstrar publicamente que estavam em boas condições físicas, sem marcas de tortura ou maus tratos. Konder e

Duque eram as únicas testemunhas do assassinato de Vlado, o que fazia com que fossem alvos diretos de quaisquer represálias que poderiam ser usadas contra eles ao retornarem à prisão. Não apenas eram as testemunhas como eram capazes de reconhecer os torturadores do jornalista e amigo pessoal. A liberação dos jornalistas representou recuo por parte da direita, que pela primeira vez viu-se obrigada a prestar contas, ainda que discretamente, do que se passava nas prisões do DOI. (JORDÃO, 1979)

Após a morte de Herzog, a comoção nacional que se alastrou por diversos setores da sociedade deu abertura para o que viria a ser uma manifestação popular que uniu o Sindicato dos Jornalistas, a Arquidiocese de São Paulo e os estudantes da USP. A cerimônia aconteceu na catedral da Sé, numa sexta-feira à tarde, 31 de outubro de 1975, seis dias após sua morte. Aconteceu justamente o que a repressão temia: agitação popular. O que se dizia através dos cartazes espalhados pela cidade pelos estudantes era que aconteceria um ato público. O que a Arquidiocese e o Sindicato dos Jornalistas diziam era que haveria um culto ecumênico. As passeatas refletiam o medo da ditadura. Circulava a ideia, entre os generais, de que quem organizara a manifestação em nome da memória de Vlado eram membros do PCB infiltrados nos estudantes. O medo era vocalizado através de ameaças, todo o rigor era utilizado pelas autoridades contra a desordem.

A morte de Herzog devido à magnitude que tomou, fez com que o presidente Geisel se manifestasse às autoridades militares solicitando que fosse aberto um inquérito para investigar a morte do jornalista. A preocupação do presidente se dava pelo fato da morte ter acontecido em uma repartição militar, o que tornava o inquérito uma medida imperativa. Uma vez aceita a abertura do inquérito, era claro que este não se destinava a apurar as causas determinantes da morte, mas as circunstâncias do que diziam ter sido um suicídio, sua parcialidade refletia o medo que a repressão sentia (GASPARI, 2004). Em notícia publicada pelo Estado, na edição de 31 de outubro, o título dizia “Geisel lamenta, mas exige moderação”, no corpo do texto era dito:

O presidente Geisel encara a morte do jornalista Vladimir Herzog como um “episódio lamentável”, mas não vai permitir que as repercussões do ato sejam utilizadas para conturbar a ordem e gerar um clima de inquietação em todo o país. A informação foi prestada ontem em São Paulo por uma alta fonte do governo, acrescentando que “o que temos que fazer agora é desarmar os espíritos. Trata-se de um fato consumado – disse o informante – e o que o governo vai fazer é impedir que ocorram novos incidentes dessa natureza. Não devemos é transformar um episódio lamentável numa situação que seria desastrosa para todo o país. Temos de evitar que uma manifestação de solidariedade sirva de instrumento de intranquilidade ou de contestação. Aqui cabe lembrar uma frase do general Golbery:

“Segurem os seus radicais, que nós seguramos os nossos”. (ESTADO, 1975)

Ainda que seu assassinato tenha acontecido em 1975, apenas em 2018, 43 anos depois, é que o Estado brasileiro foi declarado responsável pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em sentença proferida pela violação de direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, previstos nos artigos 8.1 e 25.1 da Convenção Americana, em relação com os artigos 1.1 e 2 deste instrumento, e também em relação aos artigos 1, 6 e 8 da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura (CIPST), em detrimento de Zora, Clarice, André e Ivo Herzog. Tendo sido, também, considerado responsável pela Corte no caso da violação do direito de conhecer a verdade em detrimento de Zora Herzog, Clarice Herzog, Ivo Herzog e André Herzog, visto que não houve esclarecimento judicial dos fatos violatórios do presente caso e de não ter havido apuração das responsabilidades individuais respectivas em relação com a tortura e o assassinato de Vladimir Herzog, em conformidade com os artigos 8 e 25 da Convenção. (Relatório Final Caso Herzog VS Brasil, 2018.)

Clarice, Ivo e André Herzog apresentaram em 19 de abril de 1976 uma Ação Declaratória à Justiça Federal de São Paulo para declarar a responsabilidade da União pela tortura e morte de Herzog, assim como seu caráter arbitrário. Apenas em outubro de 1978 que foi proferida sentença que declarava que Herzog morreria de causas não naturais durante estadia no DOI-CODI. Foi salientado pelo juiz que a União não foi capaz de comprovar sua tese do suicídio, referiu-se à ilegalidade da detenção, assim como à tortura a qual Herzog fora submetido. (Relatório Final Caso Herzog VS Brasil, 2018.)

A situação a qual foi submetido o jornalista representa a relação estabelecida pelas autoridades militares na busca por punições arbitrárias que buscassem manter o aspecto punitivo do regime com qualquer um que fosse entendido como ameaça à segurança nacional.

Herzog foi morto sob torturas enquanto era interrogado. Nesse sentido, faz-se necessário compreender a forma com que interrogatórios são estrategicamente montados, pela análise de Foucault (1999):

Em primeiro lugar, o interrogatório não é uma maneira de arrancar a verdade a qualquer preço; não é absolutamente a louca tortura dos interrogatórios modernos; é cruel, certamente, mas não selvagem. Trata-se de uma prática regulamentada, que obedece a um procedimento bem definido, com momentos, duração, instrumentos utilizados, comprimentos das cordas, peso dos chumbos, número de cunhas, intervenções do

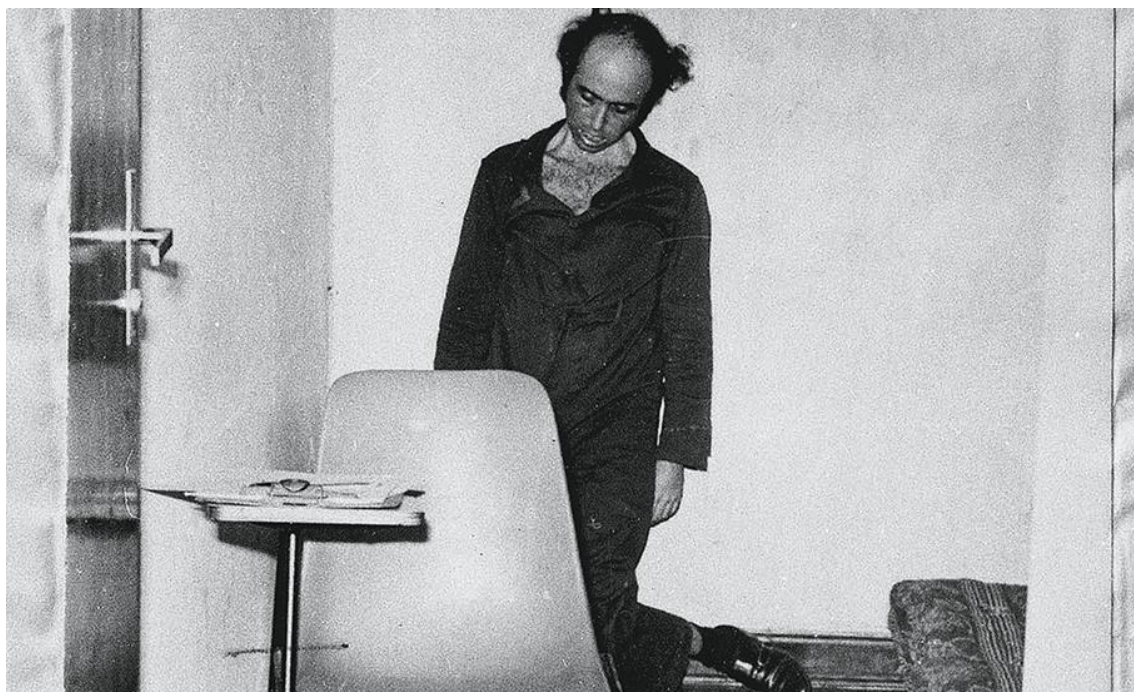
magistrado que interroga, tudo segundo os diferentes hábitos, cuidadosamente codificado. A tortura é um jogo judiciário estrito. E a esse título, mais longe do que às técnicas da Inquisição, ela se liga às antigas provas que se utilizavam nos processos acusatórios: ordálias, duelos judiciais, julgamentos divinos. Entre o juiz que ordena a tortura e o suspeito que é torturado, há ainda como uma espécie de justa: o “paciente” — é o termo pelo qual é designado o supliciado — é submetido a uma série de provas, de severidade graduada e que ele ganha “aguentando”, ou perde confessando (FOUCAULT, 1999:59)

Herzog não atuava clandestinamente no partido, não fizera parte de guerrilhas urbanas ou rurais e nem de assaltos a bancos. As sevícias as quais seu corpo foi submetido, o relacionam diretamente ao aspecto político, as relações de poder tiveram alcance imediato. A utilização econômica do corpo é um investimento político, como força de produção o corpo é investido por relação de poder e dominação (Foucault, 1999). Ao ser arbitrariamente preso e executado por meio de tortura, seu assassinato representou o termo final de uma graduação calculada de sofrimentos. Matar um preso político era a forma com que as autoridades militares reafirmavam os “sustos” causados pela repressão, como foi dito por Paulo Malhães em depoimento à CNV, em 2014, “A gente dava sustos, e o susto era sempre a morte” (MALHÃES, 2014). No caso, morte dos opositores ao regime.

A morte de Herzog acelerou o caminho para a abertura política no Brasil. As consequências foram as mudanças nos rumos de um regime brutal. A opinião pública foi acometida por rupturas e comoções, os demais casos de prisões, torturas e assassinatos receberam maior visibilidade, diversos movimentos se uniram em prol do fim da ditadura civil-militar.

Por exercer, em vida, um importante cargo na TV Cultura, a tortura e o assassinato a que Herzog foi submetido tiveram bastante repercussão midiática. Visto que os responsáveis por sua execução foram agentes das forças de repressão do governo, figuras institucionalizadas do poder público, isso tornou o acontecimento ainda mais notável. Concomitantemente, as forças oficiais tentavam ao máximo o impedimento de eventos similares sendo noticiados e trazidos à tona publicamente. A midiaticização do evento promoveu ampliação do acontecimento. Foram produzidos significados que, por terem tido determinado alcance, foram capazes de desencadear maior visibilidade a acontecimentos semelhantes de tortura e morte (VIEIRA, 2018). Esta ruptura proporcionou eventos públicos que contrastavam com o ideal pavoroso no qual estava a sociedade brasileira submetida devido ao regime de terror. A resignificação do

sentimento de pavor, sendo substituído pela coragem. As manifestações públicas passaram a acontecer e o regime passou a temer o alcance que a indignação pública poderia alcançar.



Uma das fotos mais emblemáticas do período ditatorial brasileiro, a simulação de suicídio de Herzog, que teria se enforcado com uma tira de pano (Fonte: Dossiê Herzog)

A utilização da tortura como método de obtenção de informações pode ser encaixada no conceito de morte-suplício, conceito elucidado por Foucault (1999): a morte suplício acontece quando a vida é retida no sofrimento, de forma a subdividi-la em “mil mortes”. A tortura, ou seja, o suplício, faz parte de um ritual. Os métodos são arquitetados como técnicas. Não são equiparáveis a algum tipo de raiva sem lei. Os métodos possuem método, análise, tempo de execução, planejamento. A utilização das sevícias faz com que o sofrimento seja ostensivo. As reações físicas que os torturados exibiam representavam o próprio cerimonial da justiça que se manifesta em sua força (FOUCAULT, 1999).

Fernando Jordão (1979) em Dossiê Herzog explana a forma brutal e escancarada com que os processos de tortura aconteciam no DOI-CODI em que esteve preso junto de Vlado,



Ouvi casos nefandos de tortura até a crianças e parentes de presos de quem queriam arrancar informações, casos monstruosos de deformação que levavam um torturador, por exemplo, a lamber a cara do torturado, alguns a ejacular enquanto martirizavam o preso e outro – este, segundo relato que me fizeram, no sítio Colina, onde a repressão assumia clandestinidade total – a beijar o pênis de um jovem pendurado no pau de arara. Talvez sejam anormais esses indivíduos, selecionados nas várias forças policiais, no Exército, na Marinha e na Aeronáutica. Mas seria um erro atribuir-lhes a iniciativa da brutalidade e da indignidade da tortura (JORDÃO, 1979:136)

Ao mesmo tempo em que os métodos de obtenção de informações eram extremamente sofisticados e bem executados eles também repercutiam de maneiras diferentes dependendo da localidade em que aconteciam. Quanto mais clandestino fosse o destino que seriam levados os presos mais escancarada eram as torturas as quais eram submetidos. Como foi o exemplo da Casa da Morte, estabelecimento do qual ninguém saía vivo, para onde os indivíduos eram propositalmente levados para a execução. Esse exemplo caracteriza o que Foucault (1999) delimita ao falar da forma atuante dos suplícios, se prolongando ainda depois da morte, cadáveres queimados, cinzas jogadas ao vento, corpos arrastados e expostos. Cláudio Guerra (2005), no documentário “Todos os homens do presidente”, exemplifica situações em que os corpos eram jogados em rios, assim como exibe o local onde eram incinerados os corpos dos executados na Casa da Morte.

No caso Herzog, após sua morte os acontecimentos se desdobraram de forma que o jornalista passasse de “agente da KGB” a “militante cujo depoimento não tinha a menor importância” (JORDÃO, 1979). O que foi dito pelo chefe do SNI, João Baptista Figueiredo (1975), futuro presidente do Brasil:

É por todos os motivos profundamente lamentável o suicídio do jornalista Vladimir Herzog. Sua morte ocorre no contexto da crescente atividade desenvolvida pelo comunismo no Brasil, com sua ação de infiltração e de proselitismo. As chamadas “prisões em massa” constituem parte da técnica desenvolvida pelas organizações comunistas para neutralizar ou impedir a ação dos órgãos de segurança. Não há “prisões em massa”, e sim prisões legais, para identificar e aprofundar os dados disponíveis sobre a ação comunista (FIGUEIREDO, 1975).

O que fora dito publicamente era que Herzog havia se suicidado com uma tira de pano. A falsidade do suicídio ficou flagrante na foto que foi apresentada publicamente como a sendo de seu suicídio. Seu corpo aparentava sinais evidentes de tortura, seu

pescoço demonstrava sinais de que havia sido estrangulado para simular enforcamento. (JORDÃO, 1979).

Ao ser encarcerado, seu isolamento representava mais do que simples privação de liberdade. Tê-lo mantido preso e no mesmo dia executado representou o que são as técnicas que fazem parte de uma armadura institucional que funciona de forma corretiva (GOFFMAN, 1987). A punição tornando-se legal, carrega a questão jurídico-política do direito de punir. Visto que legalmente era possível prender opositores ou aqueles que eram entendidos como ameaça à segurança nacional, legalmente eram permitidas as punições, quaisquer que fossem as medidas punitivas para eliminar o inimigo interno.

Por tratar-se de uma figura pública, o assassinato do jornalista fez com que uma execução causada por torturas tomasse proporções maiores e midiáticas. Ao mesmo tempo que havia toda a comoção nacional e internacional, as autoridades militares brasileiras não reconheciam a responsabilidade por parte do Estado brasileiro no assassinato forjado de suicídio. Era justificável eliminar um comunista por ele estar indo contra os ideais da pátria brasileira. Foucault (1999) fala sobre os tipos de condenados que são enviados às prisões, o caso de Herzog poderia se encaixar na definição de há os que são dotados de “recursos intelectuais superiores à média de inteligência que estabelecemos”, mas que se tornam perversos, quer pelas “tendências de sua organização”, quer por uma “lógica perniciosa”.

A versão oficial de sua morte, divulgada pelo Exército como sendo sido suicídio, foi questionada por jornalistas, estudantes, e demais civis. Konder e Duque Estrada, também presos nas instalações do DOI-CODI, afirmaram que não houve suicídio, tendo sido dito por Konder (1979) o seguinte,

De lá, podíamos ouvir nitidamente os gritos – primeiro do interrogador e depois de Vladimir, e ouvimos quando o interrogador pediu que lhe trouxessem a “pimentinha”<sup>1</sup> e solicitou ajuda de uma equipe de torturadores. Alguém ligou o rádio, e os gritos de Vladimir se confundiam com o som do rádio. Lembro-me bem que durante esta fase o rádio dava a notícia de que Franco havia recebido a extrema-unção, e o fato me ficou gravado, pois naquele mesmo momento Vladimir estava sendo torturado e gritava (Konder, 1979)

---

<sup>1</sup> A “pimentinha”, de acordo com o projeto “Brasil: nunca mais”, era uma máquina constituída de uma caixa de madeira; que no seu interior tinha um ímã permanente, no campo do qual girava um rotor combinado, de cujos terminais uma escova recolhia corrente elétrica que era conduzida através de fios que iam dar nos terminais essa máquina dava uma voltagem em torno de 100 volts e de grande corrente, ou seja, em torno de 10 amperes; era extremamente perigosa porque a corrente elétrica aumentava em função da velocidade que se imprimia ao rotor através de uma manivela.

O que foi concluído pelo parecer pericial da CNV foi que,

Vladimir Herzog foi inicialmente estrangulado, provavelmente com a cinta citada pelo perito criminal, e, em ato contínuo, foi montado um sistema de força, onde uma das extremidades foi fixada à grade metálica de proteção da janela e, a outra, envolvida ao redor do pescoço de Vladimir Herzog, por meio de uma laçada móvel. Após, o corpo foi colocado em suspensão incompleta de forma a simular um enforcamento (Relatório Final CNV, 2014)

A pesquisa feita pelo projeto “Brasil: nunca mais” (1985) revelou quase uma centena de modos diferentes de tortura.

Diversas foram as denúncias de réus que afirmaram ter sido induzidos a assinar depoimentos forjados. Devido às situações de medo e pânico provocadas pela tortura, alguns réus assinaram os papéis apresentados com o objetivo de fazer cessar a tortura que lhes era imposta.

Fernando Gabeira (1978), um dos sequestradores do embaixador Charles Elbrick, em entrevista ao Pasquim, em 17/11/1978, descreve minuciosamente a atuação dos torturadores durante o interrogatório,

Os grandes caras da tortura no Brasil não são os bate-paus, os caras que chegam e te torturam. São os analistas, os “garotos de gabinete”, analisando o que você diz enquanto apanha e procurando suas contradições. (...) O analista não dá choque, não vê sangue, não quer saber disso. Analisa o que você diz dentro daquela circunstância de tortura, que é dividida em três grupos:

- 1) o pessoal que te tortura;
- 2) o grupo de captura, que fica esperando as informações que você dá, dando as devidas consequências. “Conheço uma casa xis onde moram duas pessoas”. Imediatamente esse grupo vai pra lá;
- 3) uns caras que conhecem as organizações, que leem tudo que você diz, confrontando com tudo que já foi dito sobre a organização a que você pertence, veem as contradições e devolvem em forma de bilhete, com reorientação sobre como te interrogar, por onde insistir: “Olha, vocês estão torturando na linha errada. Tem que perguntar isso e aquilo”. (...)

A tortura que a gente sofreu não é a mesma sofrida pelo pessoal do Estado Novo. O próprio computador eletrônico passou a ser um elemento presente nos procedimentos de torturas, dando informações de fichas, de pessoas, devolvendo análises. Existe também uma ajuda de médicos e psicólogos. Não houve excesso de alguns setores incontroláveis. Não houve monstruosidades difíceis de serem evitadas. Foi tudo científico. Existe uma divisão de trabalho entre eles. Os sujeitos que vem dos setores mais pobres da população, e que por acaso são crioulos ou mulatos, são os que enfrentam os choques. São a tropa de choque, os que estão arriscados a morrer, como alguns morreram. (...) A divisão de trabalho no interior da polícia é de tal modo que o maior número de riscos cai para o mais pobre. São eles que fazem o trabalho sujo”. (GABEIRA, 1978)

Sobre o perfil articulado pelas autoridades militares nos personagens criados para desempenharem práticas de tortura, cabe aqui a análise de Cecília Maria Bouços Coimbra (2001),

Em 1971, foi elaborado pelo gabinete do Ministro do Exército e pelo seu Centro de Informações (CIEEx) um manual sobre como proceder durante os interrogatórios feitos a presos políticos. Alguns trechos apontavam que: (...) *O interrogatório é uma arte e não uma ciência (...). O interrogatório é um confronto de personalidades. (...) O fator que decide o resultado de um interrogatório é a habilidade com que o interrogador domina o indivíduo, estabelecendo tal advertência para que ele se torne um cooperador submisso (...). Uma agência de contrainformação não é um tribunal da justiça. Ela existe para obter informações sobre as possibilidades, métodos e intenções de grupos hostis ou subversivos, a fim de proteger o Estado contra seus ataques. Disso se conclui que o objetivo de um interrogatório de subversivos não é fornecer dados para a justiça criminal processá-los; seu objetivo real é obter o máximo possível de informações. Para conseguir isso será necessário, frequentemente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constitui em violência. É assaz importante que isto seja bem entendido por todos aqueles que lidam com o problema, para que o interrogador não venha a ser inquietado para observar as regras estritas do direito (...).* Utilizando-se de alguns conhecimentos psicológicos, o Manual examina alguns tipos de pressão, no sentido de torná-las mais potentes para que possam ser melhor exploradas nos interrogatórios. Cita, inclusive, algumas situações e sintomas por elas produzidos, do ponto de vista físico e psicológico-existencial. Para que a engrenagem da tortura funcionasse, e ainda funcione, de forma azeitada e produtiva, foram, e ainda são, necessários muitos outros elos. Muitos profissionais como psicólogos, psiquiatras, médicos legistas, advogados, dentre outros, respaldaram, e ainda hoje continuam respaldando, tecnicamente, os terrorismos de Estado em diferentes países, assessorando práticas de exclusão, com suas ações e saberes. A história da participação ativa de muitos desses profissionais no Brasil ainda está para ser escrita. (COIMBRA, 2001:4)

### **O papel desempenhado pela Justiça Militar em casos de jurisdição civil – omissão e conivência**

Durante este período, em meados dos anos 70, o país vivia sob a égide do governo Geisel (1974-1979), caracterizado por ter buscado, de certa forma, resolver as contradições em curso que vinham se acumulando desde 1964. Seu projeto de governo

tinha como objetivo estimular a separação das forças armadas do controle direto de poder do Estado, visando o retorno às atividades constitucionais democráticas (SADDI, 1999).

Entre 1974 e 1979 o que era disseminado pelo projeto de governo era que estava em curso uma estratégia de distensão, controlada pelos altos setores governamentais, que buscava restaurar minimamente as atividades político-partidárias e a reintrodução de direitos civis mínimos.



Com o fim da censura, jornais brasileiros retratavam as atrocidades acontecidas no governo Geisel.(Fonte: A Ditadura Encurralada)

O governo Geisel adotou a política de conciliar a participação de novos aliados políticos no plano parlamentar. Permitiu que a censura à imprensa fosse progressivamente suspensa, permitindo que os excessos cometidos pelas autoridades militares viessem à tona do conhecimento público.

A justiça militar brasileira teve que organizar-se de forma a adequar-se às novas demandas punitivas (DOMINGUES DA SILVA, 2011). Devido as mudanças nos quadros de jurisdição em relação aos tipos de crimes entendidos de acordo com a norma de segurança nacional, houve conflitos entre a justiça comum e a justiça militar.

O Superior Tribunal Militar funcionava de forma a contemplar situações decorrentes do acerto de contas com indivíduos que representassem de alguma forma ameaça à segurança nacional. A justiça militar, portanto, atuava como órgão responsável pelo funcionamento da segurança nacional estruturada no país. Com o advento do AI-5, a dinâmica do STM foi alterada, suprimindo direitos como o habeas corpus.

Como foi dito por Domingues da Silva (2011),

Não há como desvincular o papel e as atividades do STM, no período de abril de 1964 a outubro de 1965, da demanda punitiva que caracterizou a conjuntura política a partir do golpe de 31 de março. A natureza de tal afirmação reside no fato de que o tema ganhou espaço nas sessões plenárias, tanto através de discussões dos ministros sobre os recentes acontecimentos, como por meio de habeas corpus impetrados no Tribunal em favor de pessoas que haviam sido presas para averiguações. Percebemos que esse processo punitivo inicial teve origem em esferas distintas de poder, que nem sempre compactuavam ou dialogavam entre si, a saber: (I) as medidas governamentais, elaboradas e editadas no âmbito do Poder Executivo; (II) na caserna, por meio da atuação de oficiais na abertura de Inquéritos Policiais Militares (IPMs); (III) a Justiça Militar, por meio das prisões efetuadas pelas Auditorias Militares, configurando-se como autoridades coatoras, e a apreciação do STM referente à concessão ou não de habeas corpus (DOMINGUES DA SILVA, 2011:38)

Durante o governo Geisel, a questão da violação de direitos humanos ganhou maior amplitude devido à magnitude com que as denúncias haviam sido alcançadas, tanto nacional quanto internacionalmente. As consequências políticas internas foram de fato sentidas, e o governo de fato passou a permitir maior espaço às graves violações de direitos humanos que se passavam nos porões da ditadura.

Não eram de total ignorância as denúncias de tortura feitas ao Superior Tribunal Militar. Não só era um evento conhecido, como era comum que peças do tribunal participassem ou assistissem das sessões de tortura. As notícias eram conhecidas pelas autoridades da justiça militar, seja por meio de ofícios que vinham internacionalmente ou por meio de denúncias feitas por advogados de presos políticos durante as sessões de julgamento.

De acordo com relatório final da CNV (2014), é possível afirmar que as ações que resultaram em graves violações de direitos humanos estiveram sempre sob monitoramento e controle por parte dos dirigentes máximos do regime militar. Hierarquicamente organizados, os agentes atuantes na repressão foram os responsáveis pelas graves violações de direitos humanos, tendo sido essa expressão direta de políticas adotadas por instâncias dirigentes.

Portanto, ainda que as autoridades militares no controle da Justiça estivessem cientes das atrocidades que aconteciam nas instalações da ditadura, eram repassados comportamentos negligentes em relação ao que acontecia. Não havia investigações, intervenções ou medidas adotadas para que os excessos fossem interrompidos: o que acontecia por parte da Justiça Militar era conivência e omissão em relação às graves violações de direitos humanos cometidas.

**“A indignação e a revolta começam a impedir que o medo se transforme em covardia”**

A morte de Vladimir Herzog foi um divisor de águas no processo de abertura política iniciada no ano de 1975. A partir de então, o medo passou a ser substituído pela raiva. Diversos setores da sociedade civil passaram a levantar-se contra as atrocidades cometidas pelos militares. Ainda que a repressão ainda assombrasse, ela não era mais capaz de segurar as possíveis reações que a população poderia vir a ter em busca de justiça.

Como foi dito por Rodolfo Konder (1979):

Hoje, já não predomina o medo – que predominava até a morte do Vlado. É verdade que já havia sinais da aplicação de um novo modelo, engendrado pela direita do regime (porque a direita percebia o esgotamento do modelo anterior e procurava uma saída viável); mas a sociedade civil continuava dominada pelo medo. Hoje, predomina a vontade de mudar, a esperança em dias melhores. Homens do próprio partido do governo falam na necessidade de se “redemocratizar” o país. O general João Batista Figueiredo promete “democracia-a-tapa”. Se promete, é porque precisa prometer. Precisa prometer porque se sente pressionado, deve fazer concessões. Entre os militares, já não há consenso. Mas entre os civis há quase um consenso: a democracia deve ser restabelecida (KONDER, 1979)

Apresentada a análise do quão significativa foi a morte de Herzog para o processo de abertura política, pretendo agora, dar início à análise do que viria a seguir: a volta dos exilados, a Lei de Anistia e o perdão aos torturadores.



### **Capítulo 3 – Anistia, memória e esquecimento**

No capítulo de encerramento pretendo discorrer sobre a Lei de Anistia, suas implicações no processo de construção histórica da memória no Brasil, compreendendo o conceito de memória enquanto ferramenta necessária para a obtenção da verdade e da justiça. Pretendo também, ao final, discorrer e propor necessária reflexão sobre as apurações realizadas pela Comissão Nacional da Verdade no encerramento e entrega do relatório final que contém descrições das graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988. Durante o desenvolvimento desta monografia, busquei analisar documentos públicos sobre os acontecimentos em um determinado período de tempo, entre o AI-5 e a Lei de Anistia. O objetivo do último capítulo é pautar os conceitos de memória e a forma como ela atuou na construção do projeto do que viria a posteriormente ser a Lei de Anistia de 1979.

O processo de escrita desse trabalho me possibilitou perceber como o presente político no Brasil é fortemente imbricado à forma com que fomos ensinados a lidar com a memória. O processo forçado de esquecimento trazido pela anistia fez com que não houvesse punição àqueles que foram diretamente responsáveis por torturar, matar e desaparecer com corpos de pessoas genericamente denominadas “terroristas”. O processo de amnésia forçada fez com que a anistia propiciasse uma formação social que não buscasse revanchismo, ou seja, que não fossem punidos os responsáveis pelas atrocidades cometidas durante o período ditatorial.

A escrita do último capítulo dialoga e conclui a linha de raciocínio que busquei iniciar no primeiro capítulo, ao descrever o início e as práticas de violações de direitos humanos iniciadas em 1964. Houve um caminhar até que o processo de abertura política fosse inaugurado, dando respaldo para os processos de transição democrática e anistia para os exilados. A pesquisa me proporcionou, durante a escrita, observar e escrever sobre a forma com que a ditadura foi arquitetada e gradualmente desmantelada, ainda que tenham sido deixados diversos destroços na formação da identidade política brasileira.

Entretanto, o meu objetivo aqui não é tratar minha dissertação como uma possível missão de esclarecimentos de fatos passados, mas propor uma reflexão analítica do que foi o período ditatorial até 1979, ano de promulgação da Anistia, assim como fomentar um debate que possa vir a dialogar de forma multidisciplinar com as reflexões trazidas pelos autores utilizados na bibliografia deste trabalho. Ressalto que, embora seja uma dissertação analítica, me envolvi de forma pessoal na escrita deste trabalho, por ter

permitido me envolver na construção dos fatos narrados, buscando, assim, uma análise mais rica e construtiva.

### **O direito à memória e à justiça em um contexto de transição política democrática: a construção da memória social e coletiva**

Anistia. Do latim *amnestiae*.ae, do grego *amnestía*: significa esquecimento. A forma com que a anistia foi tratada no Brasil, no período de transição democrática, remete a um fato comum na história da construção da nossa memória política: o esquecimento. O silêncio. O não falar sobre.

O slogan utilizado pela Comissão de Anistia criada em 2001, 16 anos após o fim do regime, era amplamente difundido como: “Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça”. Até que o Brasil chegasse a criar uma comissão responsável por avaliar os pedidos de indenização econômica aos diretamente envolvidos na perseguição política do regime ditatorial, se passou mais de uma década. Nesse meio tempo, nós tivemos nossa primeira votação direta para presidente, em 1992. Tivemos o Brasil campeão do mundo em 1994, a primeira vitória mundial desde a Copa do Mundo de 1970, quando o presidente era Médici. Tivemos o início do neoliberalismo no Brasil, com Fernando Henrique Cardoso. Ainda assim, até que o Brasil reconhecesse a responsabilidade, ainda pendente, em relação ao seu passado, o caminho foi feito a passos lentos e largos. Dito isso, pretendo agora discorrer sobre os conceitos que buscam conceber as possibilidades do que a memória pode vir a ser, de como ela se constitui, analisada no contexto social e coletivo.

De acordo com Maria Paula Araújo (2012), uma justiça de transição implica nas seguintes questões: direito à memória, responsabilização dos perpetradores e promoção de justiça, reparação das vítimas e reconciliação nacional. A forma com que cada país saído de regimes ditatoriais lida com o próprio passado é uma questão social e particularmente construída. A sociedade como um todo, e suas devidas particularidades, como explicitou Norbert Elias (1939),

A sociedade, como sabemos, somos todos nós; é uma porção de pessoas juntas. Mas uma porção de pessoas juntas na Índia e na China formam um tipo de sociedade diferente da encontrada na América ou na Grã-Bretanha; a sociedade composta por muitas pessoas individuais na Europa do século XII era diferente da encontrada nos séculos XVI ou XX. E, embora todas essas sociedades certamente tenham consistido e consistam em nada além de muitos indivíduos, é claro que a mudança de uma forma de vida em comum para outra não foi planejada por nenhum desses indivíduos. Pelo

menos, é impossível constatar que qualquer pessoa dos séculos XII ou mesmo XVI tenha conscientemente planejado o desenvolvimento da sociedade industrial de nossos dias. Que tipo de formação é esse, esta “sociedade” que compomos em conjunto, que não foi pretendida ou planejada por nenhum de nós, nem tampouco por todos nós juntos? Ela só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e, no entanto, sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular. (ELIAS, 1939:12)

Portanto, entendendo o que uma sociedade implica para seu funcionamento, é possível compreender como as transformações históricas em casos de justiça de transição são particulares a cada país, particulares à forma com que as transformações históricas acontecem.

A reparação foi o ponto chave para a reconciliação que o Brasil promoveu em relação ao próprio passado. Ainda que tenha sido a passos lentos, ela aconteceu. O processo de reparação econômica teve início no governo Fernando Henrique Cardoso, em 2001, essa é uma característica particular e específica da anistia no Brasil: a reparação. Com o início das Caravanas da Anistia, iniciadas em 2008, é iniciado um processo de reparação simbólica e pública, no qual o reconhecimento coletivo do que foi o período ditatorial acontece de forma a conjugar movimentos e depoimentos de quem viveu e sobreviveu à barbárie.

Promulgada a Anistia os exilados tiveram seu direito ao retorno. Mas, e quanto aos desaparecidos? Os torturados? Mais adiante, pretendo discorrer sobre como foi o processo de luta por anistia. Ao promover uma anistia parcial, por ter excetuado os entendidos como “terroristas”, a anistia foi criada e executada de forma parcial e recíproca. Ou seja, ao mesmo tempo em que os exilados retornaram, os militares foram perdoados e os terroristas excetuados dos benefícios da lei. Militares que, por sua vez, nunca foram responsabilizados pelos crimes de graves violações de direitos humanos cometidos.

Em alguns aspectos, a memória no Brasil pós processo de anistia, e durante o processo de luta por consegui-la, pode ser caracterizada de acordo com a definição de “memórias subterrâneas”, conceito trazido por Michael Pollack (1989), memórias subterrâneas são memórias marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento, ou seja:

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos (POLLACK, 1989:6)

O que quero dizer com “em alguns aspectos” ao falar sobre memória, é que é possível haver uma multiplicidade de memórias. Existem memórias em disputa (POLLACK, 1989) neste caso, e o que tentei analisar aqui foi não apenas compreender o passado através das memórias, mas como elas se constituíram (ALBERTI, 1996).

Meu interesse em escrever sobre memória partiu de um ponto pessoal meu, o de afetivamente ser ligada às minhas próprias memórias. Sendo uma estudante de antropologia fortemente interessada em história, especialmente história do Brasil, sempre senti que as memórias eram um aspecto crucial para todo o entendimento que eu poderia ter do que foi meu período de estudo preferido, a ditadura militar. Ainda que não tenha tido parentes ou amigos que tenham vivido esse período, na transição da adolescência para a vida adulta senti uma necessidade crescente de me debruçar sobre os acontecimentos e pesquisar a fundo.

Pessoalmente, sinto muita afeição por memórias. Das memórias que construo com lugares, pessoas e da minha memória como um ser humano subjetivo e complexo no mundo. Estudar na UnB me proporcionou um entendimento maior em relação à forma com que um espaço estudantil é marcado historicamente por lutas contra a repressão. Durante todo o período da minha graduação, senti que não apenas constantemente visitava memórias de gerações anteriores, como também construía a minha própria participando ativamente das movimentações estudantis, em inúmeros momentos de luta. Portanto, escrever meu último capítulo, o encerramento, sobre memória, me fez desenvolver uma necessidade maior de compartilhar o que conheci através da pesquisa de forma mais pessoal, ressaltando os impactos que o que aprendi durante a escrita tiveram no meu próprio entendimento do que são as minhas memórias.

Mayane Burti (2012) assinala que,

Assim, percebi que o avanço de uma antropologia científica e, em teoria, imparcial para uma antropologia participante e assumidamente limitada trouxe ao pesquisador maior gama de possibilidades de inserção e de

entendimento no campo. Assumo, então, que este trabalho me trouxe profundo engajamento na causa e me abriu portas para uma luta que considero essencial para a democracia brasileira, trazendo também um profundo desafio de estranhar meu objeto e manter o olhar antropológico (BURTI, 2012:10)

Pensar na escrita de forma parcial, me remeteu a Durkheim (1999) quando escreve sobre fatos sociais, os descrevendo como:

[...] toda maneira de fazer, fixado ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais (DURKHEIM, 1999:13)

Os fatos sociais para Durkheim são coisas, ou seja, devem ser analisados de forma neutra e objetiva. Portanto, para analisá-los é necessário criar um distanciamento, observar e pautar as conclusões de forma não subjetiva. Entretanto, quando se trata de um tema tão sensível e público, durante minha pesquisa e escrita não pude não entender subjetivamente os depoimentos que li, as histórias que conheci. Eu escolhi me posicionar parcialmente para analisar os fatos sociais das situações em questão. Os acontecimentos são fatos sociais. E analisar os depoimentos de pessoas que foram torturadas e as memórias trazidas do período em questão, exigiu, do meu ponto de vista e para um entendimento mais rico, que eu me envolvesse.

A memória possui caráter construtivo, político e público (SILVA FILHO, 2010). Ou seja, a memória é uma especificidade parcial. O que a faz ser parcial é o fato de que construir uma memória exige selecionar o que vai ser lembrado. Pelo meu entendimento, a memória não é um conceito fluido, mas uma construção de acontecimentos selecionados de um determinado período em questão. E selecionar o que vai ser lembrado é pautado em uma questão pessoal, política e provavelmente ideológica. Nesse caso, o pessoal também é público, também é social. Nas palavras de Verena Alberti (2000), “o relato pessoal (e a entrevista de história oral é basicamente um relato pessoal) transmite uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em dada sociedade” (ALBERTI, 2000:1-2).

O direito à verdade e o direito à memória possibilitam o exercício da memória. No sentido de que a compreensão da verdade, do que de fato aconteceu pelas vias de quem foi vitimado por processos de intensa violação de direitos humanos, comporta a análise da memória como parte indissociável da construção dos fatos (SILVA FILHO, 2010). Como o processo de anistia não deu o destaque necessário para a questão dos

desaparecimentos e dos que foram vítimas de tortura, a verdade se torna o cerne da questão em torno do entendimento do que é ter direito a fazer parte da narrativa da anistia.

Anistiar parcialmente, ou esquecer, violenta diretamente aqueles que tiveram suas vidas profundamente afetadas pelas atrocidades cometidas por militares. A anistia cobriu aqueles que foram exilados, mas excetuou os que desapareceram e os que foram torturados. Impedir que os familiares de desaparecidos tenham direito ao enterro de seus entes queridos é uma forma de violência em relação ao respeito pela memória. Negar que um filho, um irmão, um marido, seja enterrado é impedir que o luto seja vivenciado. O luto é necessário para o processamento da perda. É como se, portanto, ainda houvesse esperança de um retorno de quem desapareceu. É uma ferida não cauterizada.

Nesse ponto entra a questão do direito à verdade. Nas palavras de Silva Filho (2010),

O Direito à Verdade volta-se à necessária investigação eficaz para que as circunstâncias das graves violações de direitos humanos ocorridas em meio a situações de violência massiva na sociedade, mormente em meio a regimes ditatoriais ou a Estados que praticaram crimes contra a humanidade, possam ser esclarecidas e conhecidas, bem como os autores e vítimas de tais atrocidades. Já o Direito à Memória indica a necessidade de recordar tais fatos gravosos, sinalizando de modo coletivo para o seu repúdio, mediante gestos, feitos e políticas que aportam na dimensão cultural e simbólica e na representação cívica do passado ausente, tentando escapar da aparição desse passado como sintoma de repetição não devidamente purgado e catalisador do caráter mimético da violência. Assim, não se trata simplesmente de delinear os detalhes das graves violações, mas sim de representá-las de modo a ressignificá-las no espaço público e coletivo, o que pode assumir virtualmente infinitas formas e maneiras. O Direito à Memória também alerta para a prioridade ética que deve ser dada ao testemunho das vítimas, pois é através da sua memória, ainda que representada no silêncio e na dor, que a sociedade poderá melhor conhecer a dimensão das violências praticadas com o apoio ou diretamente pelo Estado (SILVA FILHO, 2010:1-2)

Quando se fala sobre luto pela perspectiva da memória, é salientado que uma memória oca produzida pela ausência impossibilita a criação de uma memória psíquica na história de uma família que perdeu um ente querido para a repressão (FÉRES-CARNEIRO e NETO DA SILVA, 2012). Como foi parafraseado por Carneiro e Silva (2012): Freud (1913/2006) descreve os ritos de apaziguamento, praticados por povos primitivos que, após matarem seus inimigos de guerra, lamentavam suas mortes e suplicavam seu perdão, pois temiam os fantasmas de seus inimigos assassinados (FRÉRES CARNEIRO E NETO DA SILVA, 2012:2)

O fantasma dos desaparecimentos nunca esclarecidos ainda é vivo na memória daqueles que nunca puderam vivenciar o luto inteiramente.

O luto se refere ao sentimento que busca suportar a perda do objeto amado; é o mecanismo que o aparelho psíquico utiliza para lidar com as grandes emoções envolvidas (FUSTINONI e CANIATO, 2019). As grandes emoções envolvidas na perda de um familiar nunca localizado, são fortemente imbricadas à forma com que a memória processa um evento traumático nunca finalizado. Negar o direito ao luto, ao enterro, é negar um direito humano de dor. De atravessar o sofrimento para que ele possa ser superado.

Em caso recente, morreu Elzita Santa Cruz Oliveira, mãe do desaparecido político Fernando Santa Cruz. Fernando desapareceu em 1974 após ser preso por órgãos da repressão, e desde então nunca se ouviu falar sobre seu paradeiro. Elzita morreu após 45 anos de buscas intensas por seu filho.

Elzita (1975), na incessante busca por seu filho, escreve uma carta para o Ministro da Justiça, Armando Falcão:

“Exmo. Sr. Ministro Armando Falcão Ministério da Justiça - Brasília, Distrito Federal

Olinda, Pernambuco, 7 de fevereiro de 1975

Sou mãe de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e fui surpreendida com a Nota Oficial do Ministério da Justiça, divulgada em 6 de fevereiro pela imprensa falada e escrita, em que são prestadas informações sobre 27 pessoas dadas como desaparecidas com os respectivos registros constantes dos órgãos de segurança. Entre as pessoas desaparecidas encontra-se meu filho, fato ocorrido no dia 23 de fevereiro de 1974, na Guanabara, quando se encontrava com o seu amigo Eduardo Collier Filho conforme alegações apresentadas pelos seus advogados ao Superior Tribunal Militar.

Iniciou-se para nós a partir de sua prisão uma verdadeira maratona em busca de informações por este Brasil afora, desde os presídios civis e militares até os ministérios, no sentido de localizá-lo e ter a certeza da autoridade responsável pela sua custódia, a fim de que fosse permitido o acesso de advogado e familiares.

Apesar das negativas das autoridades responsáveis, as informações, fatos e indícios que obtivemos junto a pessoas e instituições indicam a sua prisão. Fatos estes, que foram já relatados minuciosamente a sua Excia. Sr. Ministro Golbery do Couto e Silva, em entrevista mantida em 7 de agosto de 1974, promovida pelo arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns.

Quero informar-lhe Sr. Ministro que o teor da nota expedida por V. Excia no que se refere ao meu filho, perpetua a incerteza de seu destino, razão pela qual sinto-me na obrigação de assumir, na qualidade de mãe, sua defesa, já que ele não pode se manifestar. Mas faço também imbuída por princípios de justiça e de verdade que acredito serem postulados que devem nortear a conduta humana.

A afirmação ‘encontra-se na clandestinidade’ a ele atribuída nesta Nota Oficial é paradoxal e para contestá-la informo a V. Excia. que Fernando era funcionário do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, residia à rua Diana, 698, no Bairro de Perdizes - SP; tendo, portanto, residência e emprego fixos e sendo responsável pelo sustento material de sua esposa e filho.

Para maiores esclarecimentos do que afirmo, junto a este recibo de aluguel em seu nome e contra-cheque do último pagamento referente ao mês de janeiro de 1974, e inclusive poderá ser verificado na repartição que trabalhava o seu cartão de ponto, marcando a sua presença sempre pontual até a véspera do seu desaparecimento.

Sr. Ministro da Justiça, diante de tais esclarecimentos pergunto: que clandestinidade seria esta que, repentinamente, transformaria um filho, respeitoso, carinhoso e digno em um ser cruel e desumano, que desprezaria a dor de sua velha mãe, a aflição de sua jovem esposa e o carinho de seu filho muito amado?

É fácil concluir, que qualquer pessoa, mesmo perseguida em qualquer lugar onde estiver, terá como enviar uma palavra de calma e tranquilidade aos seus familiares. Ora, Sr. Ministro, porque Fernando não o faria? Não posso aceitar pura e simplesmente o argumento de V. Excia, tendo em vista os fatos, indícios e informações já prestadas ao Exmo.

Ministro Golbery e espero que não se dê por esgotado este episódio, mas que seja esclarecido o que realmente aconteceu ao meu filho para que possamos sair deste imenso sofrimento que nos encontramos: eu e todos os meus familiares.

Escrevo esta carta movida pela crença que sentimentos de justiça e de dignidade nortearão a conduta de V. Excia. e do Exmo. Sr. Presidente da República em relação a este fato. Nada peço ao Sr. para meu filho a não ser os esclarecimentos, que tenho direito, sobre o seu paradeiro e justiça! Disposta a qualquer esclarecimento que seja necessário, subscrevo-me

“Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira.” (SANTA CRUZ, 1975)

De acordo com o Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil a partir de 1964 (1995), essas eram as seguintes informações sobre Fernando:

Militante da AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA (APML)

Nasceu a 20 de fevereiro de 1948, em Recife, Pernambuco, filho de Lincoln de Santa Cruz Oliveira e Elzita Santos de Santa Cruz Oliveira.

Desaparecido desde 1974, quando contava 26 anos de idade. Era casado com Ana Lúcia e tinha um filho: Felipe.

Foi preso junto com Eduardo Collier Filho, em 23 de fevereiro de 1974, em Copacabana, no Rio de Janeiro, por agentes do DOI/CODI-RJ.

Logo em seguida, seu apartamento foi invadido pelos órgãos da repressão.

Em 14 de março de 1974, buscando saber do paradeiro de Fernando e Eduardo, as duas famílias foram ao DOI-CODI/SP, cujo carcereiro de plantão, conhecido como “Marechal”, confirmou que os dois jovens estavam presos ali, só podendo receber visitas no domingo, dia 17.

Foram deixados, então, para eles, objetos de uso pessoal. Posteriormente, esses objetos foram devolvidos, com a justificativa de que se tratava de um engano, pois os dois não estavam presos ali.



A família e os advogados de Fernando apelaram a várias autoridades nacionais e internacionais e nada conseguiram. No Arquivo do DOPS/SP, a ficha de Fernando consta: “Nascido em 1948, casado, funcionário público, estudante de Direito, preso no RJ em 23/03/74”.

No Relatório do Ministério da Marinha, consta que “foi preso no RJ em 23/02/74, sendo dado como desaparecido a partir de então.”

Em julho de 2019, o presidente Jair Bolsonaro, ironizou publicamente o desaparecimento de Fernando Santa Cruz, ao publicamente afirmar que,

Um dia se o presidente da OAB quiser saber como é que o pai dele desapareceu no período militar, eu conto para ele. Ele não vai querer ouvir a verdade. Eu conto para ele (BOLSONARO, 2019)

Para além de expressar o desrespeito do presidente em relação ao desaparecimento de Fernando, a fala do presidente revela o que Silva Filho (2010) define por compulsão de repetição, ou seja, é uma consequência da fuga do luto, consequência da ausência do trabalho de memória. A impunidade com que os agentes militares foram tratados após a anistia revela uma consequência profunda e atroz do esquecimento.

O Brasil produziu uma fissura em relação ao próprio passado no momento em que não realizou julgamentos para condenar os responsáveis pelas sevícias cometidas. A ausência de julgamentos e de Comissões da Verdade, pelo menos até o ano da instalação de uma, em 2011, aprofundou o desrespeito já existente, historicamente, aos direitos humanos. Em países que realizaram julgamentos e instalações de Comissões da Verdade não houve retrocesso democrático. Em um dos tópicos deste capítulo, pretendo discorrer sobre o que foi a Comissão Nacional da Verdade e algumas das apurações realizadas em 2014, na entrega do relatório final.

Como foi afirmado por Silva Filho (2010),

[...] a aplicação de mecanismos transicionais, como a instalação de Comissões de Verdade e a realização de julgamentos por violações de direitos humanos, é diretamente proporcional ao fortalecimento de uma cultura democrática de respeito aos direitos humanos. Inversamente, evidencia-se que a não aplicação desses mecanismos colabora para perpetuar na ação dos órgãos e agentes de segurança pública o desrespeito sistemático e endêmico dos direitos fundamentais mais básicos dos cidadãos que estão sob sua tutela, desrespeito este que se espalha e se propaga pelas relações sociais de um modo geral (SILVA FILHO, 2010:19)

Para que eu pudesse realizar minha escrita deste trabalho, precisei me utilizar da multidisciplinaridade, ou seja, realizar um feito antropológico de forma conjugada à outras disciplinas. A história desempenhou papel primordial na pesquisa realizada e na análise que pude realizar, enquanto antropóloga em formação.

Assim como o cientista social, cabe ao historiador saber posicionar-se de forma a construir uma ciência histórica de forma imparcial e objetiva. Em teoria, claro.

Nas palavras de Silva Filho (2010),

Ao historiador caberia a busca de objetividade da ciência histórica, procurando desenvolver um método que fosse capaz de proporcionar ao sujeito cognoscente uma apreensão objetiva do passado, pressupondo a neutralidade do cientista como a qualidade indispensável para se atingir o fim proposto, fazendo uso da sua grafia para representar o passado. É como se o historiador pudesse observar a história sem estar nela inserido (SILVA FILHO, 2010:22)

Essa fala me possibilitou refletir acerca do que é o feito antropológico, a antropologia científica. A atuação do cientista social em contextos como esse, profundamente delineados por eventos marcantes e de caráter ideológico, como foi a ditadura militar. Nessa questão em particular, me perguntei: até onde é possível realizar uma pesquisa e propor reflexão sobre um tema tão urgente, sensível e ainda aberto?

Esse foi um dos exercícios que precisei me dispor a praticar durante meu processo de pesquisa e escrita. E eventualmente percebi que poderia dar vida a uma etnografia muito mais rica e profunda se passasse a me ver não apenas como observadora dos acontecimentos, mas como participante da memória coletiva brasileira. Individualmente, meu compromisso com a pesquisa e a escrita de um tema tão profundo, me fizeram perceber que saber me posicionar num local em que eu me veja como agente da realidade que busco compreender, me possibilitou não apenas a criação de uma antropologia científica na escrita de uma etnografia, mas também um salto na minha formação como antropóloga e cidadã do mundo.

### **O início da mobilização política em busca de anistia**

Até o ano de 1979 o que se sabia era que 2692 brasileiros se encontravam no exílio, de acordo com relatório do SNI. A mobilização política que buscava a anistia teve início com o grupo organizado por Therezinha de Godoy Zerbini, grupo que, por sua vez,

foi organizado dentro de todos os aparatos legais, visto que a situação política do país ainda era de extremo autoritarismo. Therezinha deu início ao que viria a se chamar Movimento Feminino pela Anistia, no ano de 1975.

O manifesto do grupo, redigido por oito mulheres, dizia o seguinte:

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da história provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque nós nos antepomos aos destinos da nação que só cumprirá sua finalidade de paz se for concedida anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres no sentido de se unirem a esse movimento, procurando o apoio de todos que se identifiquem com a ideia da necessidade de anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da nação (MFPA, 1975)

A organizadora do movimento, Therezinha de Godoy, havia sido presa em 1970, junto da futura presidente do Brasil, Dilma Rousseff, no presídio em Tiradentes, chamado de “Torre das Donzelas”. Posteriormente, Dilma encontrou-se com Therezinha para participar das discussões sobre a organização do MFPA (GASPARI, 2015).

O MFPA foi organizado dentro de todos os aparatos legais. Sua idealizadora, Therezinha, era advogada e fomentou a construção do grupo de forma a garantir que sua existência fosse empreendida de acordo com a lei. Ao buscar adesões para reconhecimento do grupo pelo Brasil, Therezinha formou ligações no Sul do país, região em que havia cursado a graduação. Dentre os apoiadores que encontrou no Sul, estavam inclusos Lícia Peres, socióloga e militante do MDB e seu marido, Glênio Peres (CARDOSO, 2008).

Diversas foram as formas com que o movimento se propagou pelo país, embora seu objetivo fosse uniforme, algumas maneiras foram encontradas para divulgação da causa foram muitas, tendo assumido diferentes configurações em cada região do país. Divulgar um movimento pró-anistia em um país ainda aterrorizado pelas forças repressoras foi uma tarefa que exigiu a criação de diálogos com outros setores da sociedade civil. As organizadoras visitavam instituições, igrejas, a OAB e contatavam autoridades no intuito de coletar informações a favor do manifesto, assim como buscavam dialogar com a população em suas atividades de rotina, supermercados, pontos de ônibus, ruas, etc.

O fato de a primeira entidade a oficialmente assinar o manifesto ter sido o DCE da UFRGS, demonstra uma tentativa de ruptura, ainda que não necessariamente abrupta,

em relação à interrupção propiciada pelos militares na questão da educação. Uma das primeiras medidas realizadas pelo governo militar, em 1964, foi interromper os trabalhos de Paulo Freire, patrono da educação no Brasil, e responsável pela criação de diversas obras que visavam entender a educação como prática de liberdade e autonomia.

Nas palavras de Edvaneide Barbosa da Silva (2000),

Paulo Freire entende que integração não é acomodação. A integração resulta da capacidade de ajustar-se à realidade acrescida da possibilidade de transformá-la, supondo uma opção, cuja nota fundamental é a criticidade. O homem integrado é um homem Sujeito. A adaptação é um conceito passivo. À medida que cria, recria e decide, vão se transformando as épocas históricas. É também criando, recriando, decidindo, que o homem deve participar dessas épocas (BARBOSA DA SILVA, 2000:2)

Ainda que o movimento estudantil tenha sido criminalizado, era uma época em que as reivindicações estudantis voltaram a tomar espaço nas manifestações no país visto que o contexto era de “abertura” política iniciada no governo Geisel.

Mesmo recebendo respaldo cotidianamente, ainda eram encontradas dificuldades pelas organizadoras, como aconteceu com a resposta recebida por alguns setores da Igreja católica no Brasil, como foi contado por Lícia Peres (2005)

Se esperava, por exemplo, falavam que o cardeal era um apoio, e aqui... nenhum. Teve um ato mesmo em que ele ameaçou de fechar a igreja, o pessoal estava fazendo um ato fora na escadaria, e ele mandou se retirar, muitas lideranças deixavam a gente esperando durante três, quatro horas e quando nos recebiam, recebiam em pé dizendo eu não posso apoiar um movimento de esquerda, de comunistas.... Tinha tudo isso... (PERES, 2005)

Dos momentos simbólicos no processo de crescimento dos movimentos pró anistia, estive o enterro de João Goulart, último presidente civil do Brasil antes do golpe militar de 1964. Goulart morreu no exílio na Argentina em 1976. Em seu enterro, no Rio Grande do Sul, sua filha colocou sobre o caixão uma faixa escrita “anistia”. A foto teve repercussão internacional, tornando mais uma vez públicas as reivindicações que exigiam anistia.



Enterro de Jango. Fonte: A ditadura encurralada

Em 1978 é criado o Comitê Brasileiro pela Anistia, organizado por militantes do MDB, especificamente organizado para encaminhar o projeto de Lei de Anistia. Nessa época, a movimentação pró anistia já acontecia em diversas partes do Brasil, portanto, já era de conhecimento nacional que a necessidade de anistia era crucial para o processo de abertura política que o Brasil atravessava no período. A discussão final para decidirem o projeto que seria encaminhado ao Senado aconteceu no Congresso Nacional pela Anistia.

É importante ressaltar que ambos os movimentos pró-anistia, MFPA e CBA, foram de extrema importância para o debate e mobilização política no país, entretanto, tinham suas diferenças em relação à forma com que o processo de anistia deveria ser entendido e eventualmente executado. O MFPA não apoiava, inicialmente, a inclusão dos praticantes de “crimes de sangue” na anistia, apenas em 1978 é que o grupo passou a aderir a ideia de anistia ampla, geral e irrestrita. Já o CBA desde o início se posicionava a favor da anistia indiscriminada, ou seja, para todos. É curioso observar a forma com que o MFPA interpretou o conceito de anistia, interpelando seu significado ao esquecimento, enquanto o CBA exigiu que fossem feitas apurações dos crimes de tortura, assassinato e desaparecimentos cometidos pelas autoridades militares (PINHEIRO DE SOUZA, 2012).

Para que seja possível entender a participação do MDB na retórica do CBA é necessário compreender a forma com que o bipartidarismo passou a existir no Brasil após 1964. No intuito de manter as aparências parlamentares (PINHEIRO DE SOUZA, 2012), foram criados dois partidos, a ARENA e o MDB. A ARENA representava a nova classe favorável ao regime, e o MDB era composto pela oposição que era permitida para os moldes de um governo militar. O que a imprensa brasileira dizia sobre o posicionamento do MDB, a favor da anistia ampla, geral e irrestrita, era o seguinte:

*“Comissão do MDB dará apoio aos exilados e banidos: Brasília, a confirmação, pelo líder Freitas Nobre, de uma comissão do MDB para dar apoio aos banidos e exilados que pretendem voltar ao país, proposta pelo Deputado Audálio Dantas, (MDB-SP), foi o resultado principal da segunda reunião de bancada Promovida pelos Deputados Federais” (Jornal Correio do Ceará, 1979:18)*

*“MDB proporá anistia total; Brasília, a proposta da Anistia ampla, geral e irrestrita beneficiando todos os atingidos por atos políticos definidos nos atos institucionais e complementares e também na Lei de Segurança Nacional, civis e militares, deverá ser apresentada hoje no Congresso, de iniciativa do Presidente e dos líderes do MDB, Sr. Ulisses Guimarães, Paulo Brossard e Freitas Nobre” (Jornal Tribuna do Ceará, 1979:5)*

Dentro do próprio governo militar um dispositivo foi organizado para restringir e controlar a elaboração e o resultado final de todo o projeto que culminaria na Lei de Anistia. Nenhuma organização externa, e por isso quero dizer que a Igreja, grupos clandestinos, organizações e etc não tiveram permissão para intervir e elaborar o projeto que concederia anistia política em 1979. A grande imprensa trazia notícias sobre as movimentações dentro da cúpula do governo, como foi dito por André Pinheiro de Souza (2012),

Os jornais relatavam a opinião do alto escalão do governo Figueiredo, como a do Ministro da Justiça, o Sr. Petrônio Portela, contrária à concessão da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, expondo que a anistia poderia ser concedida em três etapas distintas: a primeira, para os que foram atingidos por motivação política, a segunda atenderia aos militares; e a última atenderia aos que praticaram os chamados “crimes de sangue” (PINHEIRO DE SOUZA, 2012:92)

## **A Lei de Anistia de 1979**

À medida que as reivindicações por anistia foram tomando forma e eventualmente chegando aos corredores do Congresso, o projeto passou a tomar desenvoltura que coubesse não apenas aos exilados expulsos do país por representarem uma ameaça à segurança nacional, mas também aos diretamente responsáveis pelas graves violações de direitos humanas cometidas de forma sistemática e arbitrária nos anos ditatoriais.

A construção do projeto do que viria a ser a Lei de Anistia de 1979 tomou forma e foi embasado num Brasil ainda controlado por militares, que, por sua vez, fizeram questão que a anistia fosse fundada num discurso propagado por meio do medo de uma possível revanche ou punição aos militares. Portanto, para que a anistia fosse promulgada, foi necessário que houvesse um acordo de “ambos os lados”, ou seja, que também houvesse perdão para com aqueles que praticaram excessos num passado nem tão distante assim.

As reivindicações solicitadas pelos familiares de exilados e presos políticos fomentaram um caminho que buscava a responsabilização em relação aos excessos cometidos pelo Estado em nome da segurança nacional. Pela primeira vez, as Forças Armadas foram obrigadas a reconhecer o que havia acontecido durante os anos de repressão, ainda que o processo de amnésia política fosse amplamente difundido. O processo de reparação é necessário enquanto estratégia social para a obtenção de avanços, ou seja, num processo de transição democrática, são necessários caminhos para elucidação histórica, é necessário conhecer o próprio passado para construir um futuro em uma democracia plenamente estável (ABRÃO, 2011)

O contexto social e político das reivindicações por uma anistia teve início durante o governo Geisel, que por sua vez, deu início a um processo de “abertura”. Os setores da linha dura temiam que futuramente fossem investigados acarretando possíveis punições às autoridades militares. Um dos aspectos primordiais para a abertura política foi evitar que os responsáveis pelas atrocidades cometidas fossem punidos futuramente. Foi garantido na construção do projeto que nenhum militar seria punido em função dos atos ilegais praticados durante a ditadura.

Barbosa Lima Sobrinho (1981), então presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), afirmou em 1981 que:

Por mais que digam que não há anistia para torturadores, e considere até simpática a tese que assim se apresenta, não tenho dúvida de que para eles também existe anistia, nem sei se ela teria sido decretada, se não houvesse a intenção de protegê-los com a certeza da impunidade. Nunca teria sido decretada a anistia, se ela não viesse com a intenção de ser recíproca (SOBRINHO, 1981)

O que a fala de Barbosa Lima expõe é a profunda contradição existente na construção da memória política do Brasil em um momento de transição política: ainda que houvesse a certeza da transição de um período ditatorial para uma democracia, era necessário que a anistia fosse propiciada para que não houvessem rancores em relação às sevícias cometidas no passado. Foi, portanto, um exercício de esquecimento (FICO, 2010). O que foi proposto foi uma forma de esquecimento das incontáveis sevícias cometidas nos porões da ditadura, os assassinatos e desaparecimentos forçados.

Pelo que pude apreender, o exercício de esquecimento é uma forma de continuar a violência iniciada em 1964. Desaparecer com os corpos foi uma das formas que as autoridades militares encontraram para dar continuidade às torturas, nesse caso, desaparecendo com os corpos de subversivos era dada uma forma de esperança aos familiares que buscavam de forma incessante notícias sobre o paradeiro de quem havia sido preso, como foi dito por Paulo Malhães (2014) em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em trecho apresentado no capítulo 2. Não houve nenhuma forma de luto em relação ao que aconteceu no passado (FICO, 2010). A imposição do esquecimento forçado em relação à própria história traumática e recente impossibilita que a sociedade brasileira tenha acesso aos documentos que remetem aos acontecimentos desse período histórico em questão.

Neste caso, cabe a fala de Foucault (1999) sobre suplício penal, na questão dos desaparecimentos não explicados,

O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle. Nos “excessos” dos suplícios, se investe toda a economia do poder (FOUCAULT, 1999:37)

Não responsabilizar legalmente e penalmente os autores de atrocidades cometidas nos 21 anos de regime autoritário alimenta o vazio em relação à memória necessária para a construção de um futuro democrático e comprometido com a não



repetição dos erros do passado. A responsabilização penal não é a única forma possível de atribuição racional (NEVES, 2012). O tipo de responsabilização para cada caso deve ser definido conforme a vontade da comunidade de cidadãos. Assim como na construção política dos direitos humanos, a responsabilização não apenas protege os cidadãos, mas é exercício de sua própria autonomia (NEVES, 2012).

O que o primeiro artigo da Lei de Anistia dizia era o seguinte:

*Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.*

*§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.*

*§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.*

*§ 3º - Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.*

O presidente Figueiredo (1979), responsável por assinar o projeto, afirmou o seguinte:

O discurso e a mensagem: da mesma forma, só se excluem da anistia os condenados pela justiça militar, em razão de prática de crimes de terrorismo (assalto, sequestro, e atentado pessoal). Muito meditei sobre esta exclusão: o terrorismo, assaltante, sequestrador, agressor da segurança de pessoas inocentes é criminoso distinto daquele de quem se condenam os atos, no estrito domínio político. O terrorismo não se volta contra o governo ou o regime, seu crime é contra a humanidade. Vi na minha própria família, o amargo de ser órfão de pai vivo. Conheci as frustrações do soldado afastado da pátria e de seu serviço por delito político. Bem conheço todo esse sofrimento[...] (FIGUEIREDO, 1979)

O fato de os condenados pela prática de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal, os chamados “crimes de sangue”, terem sido excetuados dos benefícios da lei, me fez questionar a forma com que o projeto havia sido transformado de sua ideia original até chegar na construção de um projeto que beneficiasse os que torturaram e mataram,

mas que não beneficiasse aqueles que lutaram contra a ditadura implementada no país por 21 anos.

Todas as implicações trazidas a partir das reivindicações da população por anistia remetem ao fato de que mesmo quando havia mobilizações populares contra o governo, o autoritarismo e a cúpula militar ainda eram muito presentes em todas as decisões governamentais que diziam respeito à camada civil brasileira. Meu ponto é: ainda que estivéssemos atravessando um período de “abertura” política, o processo era extremamente lento e gradual, até que os militares estivessem plenamente longe das lideranças governamentais, as reivindicações ainda seriam controladas e podadas de acordo com o lastro militar. Ao promover a exclusão dos que haviam cometido “crimes de sangue” a ideia que tive a partir do artigo da Lei era que a proposta era esquecer: esquecer que essas pessoas existiram, que foram torturadas, que representaram de alguma forma ameaça à segurança nacional.

Após a promulgação da lei, diversos questionamentos foram levantados, como por exemplo: e quanto a indenizações aos que foram diretamente afetados pela repressão? E em relação a possíveis esclarecimentos quanto aos desaparecidos? E punição para aqueles que torturaram e mataram?

Todas essas questões foram deixadas em aberto, o que remete ao fato de que os que foram torturados e mortos foram banidos ao esquecimento. O que, de certa forma, reflete o caminho em direção à construção de uma nação sem preservar a memória social e coletiva.

Como afirma Alessandro Portelli (2002) em relação à memória,

Essa memória é um produto social, porque todos nós falamos um idioma, que é um produto social, nossa experiência é uma experiência social, mas não se pode submeter completamente a memória de nenhum indivíduo sob um marco de memória coletiva, cada pessoa tem uma memória, de alguma forma, diferente de todas as demais. Então, o que vemos, mais que uma memória coletiva, é que há um horizonte de memórias possíveis (PORTELLI, 2002:13)

A busca por uma análise de eventos traumáticos em eventos históricos recentes possibilita reflexão acerca do que é a construção da memória em espaços coletivos. No sentido de promover um exercício de memória. Reconhecer o passado em prol de sua não repetição futura.

Marieta Ferreira (2006) ao falar sobre memória e projetos testemunhais, trata do perigo de sacralizar ou banalizar o passado:

A sacralização está relacionada ao isolamento de uma lembrança, negando-se a possibilidade de interlocução entre o passado e o presente. Uma população que sacraliza a memória de um trauma, por exemplo, não permite a reconstrução histórica do evento e a sua discussão no presente. Aquele passado fica cristalizado e passa a ser alvo de rituais relacionados à afirmação da identidade do grupo. Esse processo impede o esquecimento, mas também pode dificultar um trabalho de reelaboração da memória. No polo inverso está uma postura de banalização. Nesse caso, o presente passa a ser lido como repetição do passado. As lembranças são trazidas a todo momento e os acontecimentos do presente são assimilados a partir do prisma de um evento do passado. O perigo da sacralização e da banalização é que essas perspectivas reforçam a perpetuação de rótulos como o do herói, da vítima ou dos moralizadores. Ao se privilegiar um dever de memória, muitas vezes acaba-se resvalando nesses extremos. Qual seria uma outra possibilidade de relação com o passado? Em vez de uma militância pela memória, seria necessário pensar em um trabalho sobre a memória (FERREIRA, 2006:199)

O exercício da memória e a possibilidade de entendê-la enquanto caminho possível no reconhecimento do próprio passado abre caminho para a construção de um futuro no qual exista o respeito necessário pelas lembranças traumáticas. O passado pode e deve ser reconhecido através do exercício da memória, ao invés de visitado em tom saudosista. Lembrando que a memória não é boa nem má (FERREIRA, 2006), ela assume o lugar no qual é colocada, através dos fins que se deseja alcançar por meio do que será selecionado para ser lembrado. O que existe é o objetivo da rememoração, de qual ponto de vista o testemunho da memória é ouvido.



Figueiredo subindo a rampa presidencial. Foto: Orlando Brito



Foto: Orlando Brito

## **Reparações políticas e simbólicas: o processo tardio da política da memória, as Caravanas da Anistia**

O direito à memória, a responsabilização pelos crimes cometidos, a promoção de justiça, a reparação econômica dos vitimados e a reconciliação nacional são nuances cruciais para a justiça de transição (ARAÚJO, 2012). O que se foi promovido, até que movimentos de caráter memorial fossem desenvolvidos, foi um esquecimento generalizado do que havia acontecido. Nas palavras de José Carlos Moreira da Silva Filho (2010),

Geralmente, inclusive no Brasil, a anistia vem sendo utilizada como um instrumento de pacificação social no período imediatamente posterior a conflitos armados, guerras, sedições, rebeliões, revoluções e mudanças de regime político. Nesse uso tradicional da anistia parte-se do pressuposto que a melhor maneira de pacificar a sociedade é jogar uma pedra sobre os conflitos anteriores, esquecendo não só os crimes políticos cometidos, como também as razões que os motivaram (SILVA FILHO, 2010:8)

Ainda que a Lei de Anistia de 1979 tenha permitido a volta dos exilados, ela foi uma exceção àqueles que cometeram “crimes de sangue”, ou seja, terrorismo, roubo, assalto a bancos, etc. De certa forma, ainda que não explicitamente, a lei propiciou um esquecimento forçado daqueles que foram torturados, dos desaparecidos. Essa ação só veio a ser repensada em 2001, quando foi criada a Comissão de Anistia, no governo Fernando Henrique Cardoso.

Os objetivos da comissão eram: avaliar pedidos de indenização econômica àqueles que, durante a ditadura militar brasileira, foram impedidos de exercer atividades laborais por motivos exclusivamente políticos. Criar um país harmônico e implementar uma democracia definitiva eram questões que deviam ser postas em prática a partir da criação da comissão: o que se visava era promover a abertura de questões não resolvidas no passado para que enfim pudessem ser resolvidas publicamente.

A palavra é um elemento fundamental no exercício da reconciliação nacional (ARAÚJO, 2012). É necessário que sejam abertos os diálogos capazes de promover a escuta dos que viveram e sobreviveram às atrocidades cometidas, responsabilizar os autores de graves violações, dar vazão à memória de sobrevivência e luta dos que enfrentaram o regime instaurado.

A busca por um diálogo que traga à tona memórias forçadamente esquecidas remete ao conceito de história oral, explicado por Verena Alberti (2000), consistindo em uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea. Este conceito cabe na construção da memória coletiva por abranger espaços que não eram antes tidos como legítimos na compreensão e reconhecimento do passado, como registros escritos, gravações, etc.

Proporcionar que sejam formadas novas espécies de análise e resolução de questões sensíveis em relação a um passado traumático e recente possibilita que aqueles que viveram sejam escutados e que seus testemunhos tenham a atenção merecida, como explicitou Alberti (2000):

Em um trabalho de história oral, a biografia, a trajetória individual, não é coisa dada, mas construída à medida mesmo em que é feita a entrevista. Se a pessoa tem o costume de refletir sobre sua vida, provavelmente já tem uma espécie de sentido cristalizado para alguns acontecimentos e percursos e pode preferir relatar esses, em vez de outros. Isso não quer dizer que aquele sentido seja falso ou não tenha relação com a realidade. É preciso ter claro, contudo, que ele não é a única possibilidade (ALBERTI, 2000:5)

A exposição do que é história oral, sendo, portanto, uma recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 1996), me permite dar início a explicação do que foram as Caravanas da Anistia, nas palavras de Mayane Burti (2012),

(...) foram instauradas a partir de 2008 as Caravanas da Anistia, que são sessões itinerantes que visam julgar os processos de anistia de forma conjugada com outros movimentos, em diversos estados brasileiros (BURTI, 2012:60)

Dentre seus objetivos estavam, ainda nas palavras de Burti (2012)

(...) levar o julgamento e as homenagens àqueles que lutaram contra a ditadura até os locais onde as arbitrariedades ocorreram e popularizar o tema, levando a discussão acerca da ditadura e das formas utilizadas pelo Estado para se redimir àqueles que não viveram o período ditatorial, mas que seriam os responsáveis por impedir que se esqueça, permitindo assim que nunca mais aconteça (BURTI, 2012:6)

Entendendo o conceito de história oral como uma metodologia multidisciplinar (ALBERTI, 2000) é possível apreender que dentre as possibilidades de ressignificação e memorização, a construção de um espaço de escuta e reparação simbólica abrange a

subjetividade contida em uma narrativa pessoal. Ou seja, uma narrativa pessoal quando analisada por um aspecto de memória coletiva, permite compreender a forma com que individualmente um acontecimento pode ser compreendido de forma coletiva.

Meu ponto é: permitir a escuta e a criação de um espaço em que aconteça reparação, mesmo que simbólica, também permite ressignificar o que é entendido como registro. A história oral nos permite entender como uma narrativa pessoal, uma gravação de uma fala, por exemplo, carregada de subjetividade e relato, também pode ser um objeto do pensamento científico.

João Rosito (2010) definiu as Caravanas da Anistia como rituais políticos em construção. Rituais, do ponto de vista de Turner podem ser entendidos como manifestações carregadas de simbologias e representações, podendo estar ligadas a uma cosmogonia ou a aspectos ligados ao cotidiano da sociedade. No caso das Caravanas o processo ritual é exemplificado em momentos como a Sessão de Memória, momento em que um vídeo contendo fotos históricas referentes à luta local contra o regime autoritário, contendo músicas e homenagens sonoras, parafraseando Burti. No caso dessa sessão em específico, sua criação é uma forma de homenagem e evocação de sentimentos (BURTI, 2012).

A 48ª Caravana foi realizada na Pontifícia Universidade Católica, em São Paulo, mais especificamente no teatro da Universidade. O espaço carregou imenso simbolismo pois nos anos da ditadura foi alvo de um incêndio criminoso. Nesse caso, a visita ao espaço significou uma possível ressignificação do que ele havia comportado. Um espaço estudantil é marcado por inúmeros significados atribuídos pelo caráter estudantil de resistência ao regime, poder visitá-lo e construir nele uma sessão de caráter especial me atentou ao fato da construção da memória também ser espacialmente possível. Portanto, emoções podem ser estimuladas a partir de símbolos rituais (TURNER, 2005).

Falar sobre a evocação de sentimentos e a subjetividade latente em registros que não necessariamente são escritos, cabe a fala de Verena Alberti (2000) sobre história oral:

(...) a própria subjetividade pode se constituir em objeto do pensamento científico – isto é, de que se deve tomá-la como dado objetivo para entender por que determinados acontecimentos ou conjunturas são interpretados de um modo e não de outro (ALBERTI, 2000:1)

Pela minha compreensão, a subjetividade nesse contexto em específico também é uma forma de constituição de objeto do pensamento científico. O fato de se tratar de uma construção simbólica e subjetiva não exime a historicidade e a oralidade do

acontecimento das caravanas se tratem de objeto de análise passível de análises antropológicas.

### **“Quem tira a vida do semelhante torna-se maldito na memória dos homens e no julgamento de Deus” – dom Paulo Evaristo Arns**

Existem algumas formas pelas quais é possível realizar o feito da justiça. Em termos legais, a responsabilização é possível, mesmo que no caso do Brasil ela não tenha acontecido. Apenas em 1995, através da Lei n.9140, é que o Estado brasileiro reconheceu responsabilidade em relação às mortes e desaparecimentos, anexando junto à lei uma lista com 136 nome de desaparecidos. Ainda que a lei tenha sido sancionada e os nomes expostos, a ferida continuou aberta pois ainda não se sabia onde estavam os restos mortais dos desaparecidos, mortos sob tortura.

Tratar de justiça no caso de graves violações de direitos humanos, especificamente no Brasil, é complicado porque estruturalmente nós somos um país cuja estrutura jurídica não é preparada para casos como julgamentos que possibilitem punições aos que cometeram violações de direitos humanos.

No relatório da Comissão Rubens Paiva (2015), é falado sobre as dificuldades de promover reparação para famílias que tiveram entes desaparecidos:

Diversas foram, no entanto, as dificuldades encontradas devido à estrutura inadequada de nosso sistema de justiça para tratar de forma coletiva essa demanda. A primeira é a falta de conhecimento dos operadores do direito quanto a este delicado tema. Ainda que bem-intencionados, não compreendem a singularidade da necessidade de procedimentos e processos específicos capazes de dar celeridade nos encaminhamentos. Muitos familiares já têm uma idade avançada e a demora típica do Judiciário poderia se converter em um expediente de impunidade e de injustiça em relação às vítimas. O segundo é o excessivo apego aos formalismos e às formas do processo judicial, sem permitir que tais alterações fossem efetuadas por procedimentos mais simplificadores e extrajudicialmente, o que levou à necessidade de um convênio com importante instituição que atua na assistência judiciária e na defesa dos direitos humanos, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (CVRP, 2015:6)

Percival de Souza (2000), em *Autópsia do Medo*, livro que conta a trajetória de Sérgio Fleury, figura de destaque nos acontecimentos realizados no combate à subversão nos anos 70, traz uma lista de acontecimentos passados com os agentes mais ativos no



aparato repressivo do DOI-Codi e no DOPS. Ainda que não haja uma explicação racional e objetiva dos acontecimentos, essa lista me propiciou uma nova forma de entendimento sobre justiça.

Elenco a seguir, alguns dos relatos que mais me chamaram atenção, apresentados pelo autor:

1 - “O major Valdir Coelho, fundador da Operação Bandeirante, teve um infarto fulminante. Caiu sobre a mesa, dentro de um quartel do Exército no Paraná. Foi um dos primeiros” (SOUZA, 2000:444)

2 - “O delegado Rubens Cardoso de Melo Tucunduva, baleado nas nádegas na noite do cerco a Carlos Marighella, ainda teve tempo de ser testemunha de defesa em alguns processos do Esquadrão da Morte. Mas aquele ferimento não o deixou nunca mais andar direito, da mesma forma com que aconteceu com o capitão Perdigão, do DOI-Codi, foi se transformando numa infecção sem volta, originária de um câncer fatal” (SOUZA, 2000:444)

3 - “Um câncer de próstata foi comendo também, implacável, o troncado investigador José Campos Corrêa Filho, Campão, o homem do punhal manejado com maestria sinistra na escuridão dos porões do Dops, onde se apresentava aos apavorados interrogados como se fosse Lúcifer. Fleury tinha sido padrinho de casamento do cáften assumido, que mantinha mulheres na zona de meretrício e disputava seu território a ponta de faca. Certa tarde, Campão discutiu no trânsito com um caminhoneiro. O homem tomou uma facada no abdômen e Campão foi embora. Sofria de diabetes. Além do câncer, ele, o caçador, tornou-se um procurado, com prisão preventiva decretada pelos crimes do Esquadrão. O homem que tinha em Fleury um ídolo e herói terminou seus dias definhando, escondido, cheio de sondas, sofrendo, esquecido, ignorado, como um grande embaraço e não um ferrenho defensor da segurança nacional em sua concepção militar, embora não tivesse discernimento algum entre criminalidade comum e atividades políticas” (SOUZA, 2000:444)

4 - O delegado David Santos Araújo, capitão José Lisboa do DOI-Codi, perdeu o que mais amava na vida, o filho de quinze anos de idade, num acidente de trânsito. Passou oito meses e onze dias sem pôr os pés fora de casa. Trancado, deliberadamente isolado, abalado, perguntou-se milhares de vezes: por quê? Não encontrou a resposta, embora a procurasse milhares de vezes em várias fontes. “Fui ao Chico Xavier, falei com padres e pastores. Nunca ninguém me convenceu de nada”. Parece-lhe, entretanto, ter sido vítima de uma praga. “Todos exorbitamos um pouco, veio o castigo”. Ele fala com amargura. Havia as equipes A, B e C. Cada uma com um efetivo em torno de cem homens. Trezentos infelizes. Trezentos desgraçados. ” (SOUZA, 2000:445)

Da parte da fala de David, a seguinte foi a que mais me chamou atenção:

“Tenho dois arrependimentos na vida. Um deles: hoje, eu não faria isso de novo. Algum delegado de polícia chegou a ser classe especial? (O topo da carreira)? Nenhum. Algum militar chegou a general? Nenhum. Perdi a maior paixão da vida. Outros perderam. Não fizemos carreira, perdemos entes queridos, desestruturamos nossas famílias. Durante muitos anos, nós nos reuníamos. Pelo menos uma vez por ano. Todos infelizes da vida. Como se uma praga do além tivesse nos contaminado. Eu chegava a perguntar: ‘Não tem ninguém feliz aqui?’. Se eu soubesse que o Brasil resultaria nisso, não teria ido pra lá [o DOI-Codi]. Hoje nossos adversários são Excelências e nós não somos nada. Fiz essa pergunta para muitos antigos companheiros da Casa. Se o tempo recuasse, fariam de novo? ‘Eu não’, todos iam respondendo. Como se todos fossem atingidos por alguma coisa vinda do céu, por algo estranho. Somos persona non grata desde que o Dops foi extinto, em 15 de março de 1983. Fomos úteis? A História dirá. Tudo isso só nos deu tristeza e desgosto. Todos tivemos problemas na vida. A maioria não queria ficar lá dentro. O inimigo estava por toda parte.”

Esses relatos apresentados por Percival de Souza (2000) me fizeram refletir sobre uma questão latente em todos os casos: o da necessidade de esquecimento. Da vergonha. Do isolamento. De agir, a partir da extinção dos órgãos de segurança pública, Dops e DOI, de forma inconspícua. Quando o AI-5 foi aprovado, Pedro Aleixo (1968) disse que sua maior preocupação era com o guarda da esquina. O AI-5 possibilitou que policiais civis, protegidos pelo aparato institucional, tomassem medidas arbitrárias e excessivas, tudo em nome da segurança nacional.

Um outro aspecto que me chamou atenção foi em relação aos agentes nas violações. Quem torturava e sentia o poder sobre outra pessoa, numa relação de dominação direta. Como explicou Foucault (1999),

(...) o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 1999:29)

Como foi dito por David Santos, não houve promoção à classe especial. Nenhum militar se tornou general. Então, qual foi o objetivo dentro do que a repressão entendia como uma guerra? Quem venceu? Quem foi absolvido pela História?

## **Conclusão:**

### **O reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro em graves violações de direitos humanos: as apurações e recomendações da Comissão Nacional da Verdade**

Em novembro de 2018, a até então presidente do Brasil, Dilma Rousseff, sancionou a lei n. 12.528. Seu projeto foi encaminhado no governo Lula, em 2010, e nas palavras do ex presidente:

A criação da Comissão Nacional da Verdade assegurará o resgate da memória e da verdade sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no período anteriormente mencionado [1946-1988], contribuindo para o preenchimento das lacunas existentes na história de nosso país em relação a esse período e, ao mesmo tempo, para o fortalecimento dos valores democráticos (LULA DA SILVA, 2010)

Priscilla Heyner (2010) sinaliza que são funções de uma comissão da verdade as seguintes atribuições,

- 1- Está focada no passado e não em eventos presentes;
- 2- Investiga um padrão de eventos que aconteceram em um certo período de tempo;
- 3- Compromete-se diretamente e amplamente com a população afetada, reunindo informações sobre suas experiências;
- 4- É um órgão temporário, com o objetivo de produzir um relatório final;
- 5- Está oficialmente autorizada ou possui poderes do Estado investigado.

De fato, todos esses requisitos foram cumpridos pela Comissão Nacional da Verdade instalada no Brasil no ano de 2011. Seu relatório final foi entregue em 2014, contendo minuciosamente detalhes e descrições das graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro entre 1946 e 1988.

Quase 30 anos após o fim do regime militar, o Brasil passou a integrar a gama de países saídos de regimes autoritários que criaram comissões da verdade no processo de justiça de transição, em busca de esclarecimentos e reconhecimento dos fatos acontecidos no período em questão.

A Comissão Nacional da Verdade contribuiu para a construção e a preservação da memória histórica brasileira, assim como promoveu a determinação de responsabilidades institucionais, sociais e políticas aos que cometeram violações no passado. De acordo com o relatório final, 377 nomes foram levantados de possíveis

responsáveis por graves violações de direitos humanos. Entretanto, devido à falta de acesso aos documentos, muito ainda permanece oculto, ou seja, provavelmente há muito mais envolvidos em casos de violações. Mais do que ter sido atribuída uma função investigativa, a comissão também foi responsável por listar o número de desaparecidos e a trazer à tona os nomes dos torturadores. Assim como promoveu a possibilidade de entender as circunstâncias das graves violações de direitos humanos, e os motivos por trás de tais crimes.

Como foi dito por Raphael Neves (2012),

Nenhum poder político, nem mesmo um poder constituinte, pode exigir que os indivíduos abdicuem do direito à verdade em nome da estabilidade política e social (NEVES, 2012:9)

Os esforços empreendidos pela comissão asseguraram que a verdade fosse trazida à tona, na busca pela construção de uma nação compromissada com a efetivação do direito à memória.

Dito isso, evoco a seguir algumas das apurações realizadas pela CNV em seu relatório final:

- I. - Comprovação das graves violações de direitos humanos: A CNV pôde documentar a ocorrência de graves violações de direitos humanos entre 1946 e 1988, período assinalado para sua investigação, notadamente durante a ditadura militar, que se estendeu de 1964 a 1985. Essa comprovação decorreu da apuração dos fatos que se encontram detalhadamente descritos neste Relatório, nos quais está perfeitamente configurada a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e de tortura, assim como o cometimento de execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres por agentes do Estado brasileiro. No âmbito desse quadro de graves violações de direitos humanos, a CNV teve condições de confirmar 434 mortes e desaparecimentos de vítimas do regime militar, que se encontram identificados de forma individualizada no Volume III deste Relatório, sendo 191 os mortos, 210 os desaparecidos e 33 os desaparecidos cujos corpos tiveram seu paradeiro posteriormente localizado, um deles no curso do trabalho da CNV. Esses números certamente não correspondem ao total de mortos e desaparecidos, mas apenas ao de casos cuja comprovação foi possível em função do trabalho realizado, apesar dos obstáculos encontrados na investigação, em especial a falta de acesso à documentação produzida pelas Forças Armadas, oficialmente dada como destruída. Registre-se, nesse sentido, que os textos do Volume II deste Relatório correspondentes às graves violações perpetradas contra camponeses e povos indígenas descrevem um quadro de violência que resultou em expressivo número de vítimas.

- II. Comprovação do caráter generalizado e sistemático das graves violações de direitos humanos: Na ditadura militar, a repressão e a eliminação de opositores políticos se converteram em política de Estado, concebida e implementada a partir de decisões emanadas da presidência da República e dos ministérios militares. Operacionalizada através de cadeias de comando que, partindo dessas instâncias dirigentes, alcançaram os órgãos responsáveis pelas instalações e pelos procedimentos diretamente implicados na atividade repressiva, essa política de Estado mobilizou agentes públicos para a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e tortura, que se abateu sobre milhares de brasileiros, e para o cometimento de desaparecimentos forçados, execuções e ocultação de cadáveres. Ao examinar as graves violações de direitos humanos da ditadura militar, a CNV refuta integralmente, portanto, a explicação que até hoje tem sido adotada pelas Forças Armadas, de que as graves violações de direitos humanos se constituíram em alguns poucos atos isolados ou excessos, gerados pelo voluntarismo de alguns poucos militares.
- III. Caracterização da ocorrência de crimes contra a humanidade: A configuração de condutas ilícitas como crimes contra a humanidade consolidou-se ao longo do século XX e no princípio deste século nas normas imperativas internacionais – ditas de *jus cogens*, o direito cogente, inderrogável e peremptório –, expressas no costume e em tratados de direito internacional dos direitos humanos e de direito internacional penal, como o Tratado de Roma, que instituiu o Tribunal Penal Internacional. Tal configuração decorre da associação de tais condutas a uma série de elementos que as tornam particularmente graves: serem atos desumanos, cometidos no contexto de um ataque contra a população civil, de forma generalizada ou sistemática e com o conhecimento dessa abrangência por parte de seus autores
- IV. Persistência do quadro de graves violações de direitos humanos: A CNV, ao examinar o cenário de graves violações de direitos humanos correspondente ao período por ela investigado, pôde constatar que ele persiste nos dias atuais. Embora não ocorra mais em um contexto de repressão política – como ocorreu na ditadura militar –, a prática de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e mesmo ocultação de cadáveres não é estranha à realidade brasileira contemporânea

Ainda de acordo com o relatório final, a seguir algumas das recomendações pautadas pela comissão:

- I. Reconhecimento, pelas Forças Armadas, de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar (1964 a 1985)
- II. Determinação, pelos órgãos competentes, da responsabilidade jurídica – criminal, civil e administrativa – dos agentes públicos que deram causa às graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV, afastando-se, em relação a esses agentes, a aplicação dos

- dispositivos concessivos de anistia inscritos nos artigos da Lei no 6.683, de 28 de agosto de 1979, e em outras disposições constitucionais e legais
- III. Proposição, pela administração pública, de medidas administrativas e judiciais de regresso contra agentes públicos autores de atos que geraram a condenação do Estado em decorrência da prática de graves violações de direitos humanos
  - IV. Proibição da realização de eventos oficiais em comemoração ao golpe militar de 1964
  - V. Reformulação dos concursos de ingresso e dos processos de avaliação contínua nas Forças Armadas e na área de segurança pública, de modo a valorizar o conhecimento sobre os preceitos inerentes à democracia e aos direitos humanos
  - VI. Modificação do conteúdo curricular das academias militares e policiais, para promoção da democracia e dos direitos humanos
  - VII. Retificação da anotação da causa de morte no assento de óbito de pessoas mortas em decorrência de graves violações de direitos humanos
  - VIII. Retificação de informações na Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Rede Infoseg) e, de forma geral, nos registros públicos
  - IX. Criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura
  - X. Desvinculação dos institutos médicos legais, bem como dos órgãos de perícia criminal, das secretarias de segurança pública e das polícias civis.

Tendo sido apresentadas algumas das conclusões e recomendações listadas pela Comissão Nacional da Verdade, é observado que o objetivo da comissão foi cumprido. Entretanto, cabe às futuras gerações que não se esqueçam do que aconteceu, que a memória desse acontecimento trágico e traumático seja continuamente repassada. Para que o Brasil não reviva seu passado é necessário que ele nunca seja esquecido.

## Referências Bibliográficas

ABRÃO, Paulo. *A Lei de Anistia no Brasil As alternativas para a verdade e a justiça*. Rio de Janeiro, 2011.

ALBERTI, Verena. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula. *Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil*. 2012.

Arquivo CNV, 00092.002760/2014-83: Depoimentos de Paulo Malhões à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio), em 18 de fevereiro de 2014 e em 11 de março de 2014.

AUSTIN, John L. *How to do things with words*. The William James Lectures delivered at Harvard University in 1955. 2nd. Oxford: Oxford University Press, 1975.

BARBOSA DA SILVA, Edvaneide. *Educação como prática de liberdade*. Rev. Bras. Educ. no.14 Rio de Janeiro May/Aug. 2000.

BOUÇAS COIMBRA, Cecília Maria. *Tortura no Brasil como herança cultural dos períodos autoritários*. R. CEJ, Brasília, n. 14, p. 5-13, mai./ago. 2001.

Brasil: Nunca mais. 2 ed. RJ: Vozes. 1985.

BURTI, Mayane. *Os bastidores do rito: a construção das Caravanas da Anistia enquanto espaço de múltiplos poderes*. Brasília. 2012.

CALDAS DOS ANJOS, Giullia. *A arqueologia da repressão no contexto das ditaduras militares da Argentina, Uruguai e Brasil*. Arqueologia Pública | Campinas | n° 5 | 2012.

CANIATO, Angela e FUSTINONI, Chiara. *O luto dos familiares de desaparecidos na Ditadura Militar e os movimentos de testemunho*. Psicologia USP, volume 30, pp. 1-9. 2019.

CARDOSO, Mariluci. *O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira*. Rio Grande do Sul, 2005.

Comissão Nacional da Verdade, relatório, vol 1 – parte II, III e V. 2014.



CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, CASO HERZOG E OUTROS VS. BRASIL, SENTENÇA DE 15 DE MARÇO DE 2018 (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas). RESUMO OFICIAL EMITIDO PELA CORTE INTERAMERICANA. 2018.

CUNHA SADDI, Fabiana. *Estado e Federalismo no Governo Geisel: Uma análise do federalismo da transição política brasileira*. São Paulo. 1999.

DOMINGUES DA SILVA, Angela Moreira. *DITADURA E JUSTIÇA MILITAR NO BRASIL: A ATUAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (1964-1980)*. Rio de Janeiro, 2011.

Dossiê Ditadura; Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil – 1964-1985. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1987.

DURKHEIM, Émili. *As regras do método sociológico*. 2º. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Zahar. Rio de Janeiro. 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *ORALIDADE E MEMÓRIA EM PROJETOS TESTEMUNHAIS*. RJ, 2006.

FICO, Carlos. *A NEGOCIAÇÃO PARLAMENTAR DA ANISTIA DE 1979 E O CHAMADO “PERDÃO AOS TORTURADORES”*. Rio de Janeiro, 2010.

FORST, R. *"The basic right to justification: towards a constructivist conception of human rights"*. Constellations, v.6, n.1, p.35-60. 1999.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso* – Aula inaugural no College de France em 2 de dezembro de 1970. São Paulo. Ed. Loyola: 1996.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada* 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

HAYNER, Priscila. "*Fifteen truth commissions - 1974 to 1994: a comparative study*". Human Rights Quarterly, v.16, n.4, p.597-655. 1994

JORDÃO, Fernando. *Dossiê Herzog*. 3 ed. São Paulo: Global Editora, 1979

*JURISDICIONAL DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E DO STF*. São Paulo. 2018.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

NETO DA SILVA, Míria e FÉRES-CARNEIRO, Therezinha. *SILÊNCIO E LUTO IMPOSSÍVEL EM FAMÍLIAS DE DESAPARECIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS*. RJ, 2012.

NEVES, Raphael. *Uma Comissão da Verdade no Brasil? Desafios e perspectivas para integrar direitos humanos e democracia*. Lua Nova. No 86. São Paulo. 2012.

PAIVA, Maurício. *O sonho exilado*. Rio de Janeiro: Mauad. 1986.

PERRIN, Dimas. *Depoimento de um torturado - A Defesa Da Dignidade Da Pessoa Humana E Dos Direitos Do Povo*. 1ª ed. Editora Novacultura. 1979.

PINHEIRO DE SOUZA, André. *DO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA (MFPA-CE) AO COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA (CBA-CE): as motivações e os caminhos percorridos pela anistia política no Ceará (1975 a 1980)*, Ceará, 2012.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*, Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

PORTELLI, Alessandro. *História hora e memórias: entrevista com Alessandro Portelli*. In Revista História e Perspectiva. Universidade Federal de Uberlândia, Cursos de História, N 26, Uberlândia, Julho 2002, p 27-54.

SILVA FILHO, José Carlos. *Dever de Memória e a construção da História Viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do Direito à Memória e à Verdade*. RS, 2010.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários – Memórias da guerrilha perdida*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record. 1998.

SOUZA, Percival. *Autópsia do Medo – Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Editora Globo. São Paulo. 2000.

TURNER, Victor. *The ritual process (structure and anti-structure)*. Chicago: Aldine Publishing Co. 1969.

VIDOTTI, Ana Luiza. *CASO VLADIMIR HERZOG E ADPF 153: UMA ANÁLISE DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E DO STF*. São Paulo. 2018.

VIEIRA, Marcella Maria. *Vlado (no) presente: acontecimento e atualizações narrativas sobre Vladimir Herzog nas redes sociais*. Curitiba. 2017.